Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. ØLDØØØ5Ø

IBASP - INSTITUTO BRASILEIRO DE
AMIZADE E SOLIDARIEDADE
AOS POVOS

DOSSIÊ:

O PROBLEMA DA TERRA
E
AS VIOLÊNCIAS PRATICADAS
CONTRA OS
POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

RECIFE, ABRIL DE 1991

DEDICATÓRIA

A TODOS OS
POVOS INDÍGENAS DO BRASIL,
AOS QUE DESAPARECERAM
E AOS QUE SOBREVIVERAM
AO GRANDE MASSACRE IMPOSTO
PELO INVASOR EUROPEU
E QUE HÁ QUASE CINCO SÉCULOS
LUTAM E RESISTEM
PELO DIREITO DE CONTINUAREM
EXISTINDO COMO POVOS
LIVRES,
SOBERANOS,
AUTODETERMINADOS,
SENHORES DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA!

Acervo ISA

APRESENTAÇÃO

A comunidade indígena brasileira vem, nos últimos anos, despertando grande interesse nos antropólogos, etnólogos e pesquisadores de várias partes do mundo, não apenas pela riqueza e diversidade cultural com que ela se apresenta, mas também pelo real risco de extermínio que recai sobre boa parte dessa comunidade.

Em virtude da vinculação da questão indígena com o problema da preservação do meio ambiente, da pressão internacional e da crescente organização desses povos, as autoridades brasileiras foram obrigadas a prestar maior atenção às reivindicações dos indígenas, aos seus direitos fundamentais, em primeiro lugar à questão da demarcação e regularização de suas terras.

Longe ainda de estarem os problemas completamente resolvidos, é possível, contudo, afirmar que, no tocante àqueles enfrentados pelas nações indígenas da Amazônia, alguns passos foram dados.

No Nordeste, onde vivem cerca de 40.000 indígenas, a realidade é bem diferente. Distante da pressão internacional, a situação vivida pelas comunidades no Nordeste - particularmente as do Estado de Pernambuco - é de penúria. Esquecidos, isolados e vítimas das mais variadas e covardes agressões, os índígenas de Pernambuco sofrem ainda com a discriminação e a falta de assistência. Apesar de todo esse quadro adverso, eles continuam resistindo, tanto através da preservação de seus ritos, costumes e tradições, como pela luta em defesa de suas terras, cada dia mais ameaçadas pela voracidade dos grandes fazendeiros e latifundiários da região.

Infelizmente, muitos ainda identificam o índio como um ser primitivo, só encontrado na selva, nu e de arco e flecha na mão. É um estereótipo perigoso, produzido e difundido por aqueles que sempre estiveram interessados na anulação dos valores desses povos que há milênios habitam nosso país. Convém aqui recordar a de-

finição de indígena dada pelo conhecido etnólogo brasileiro Darcy Ribeiro. Utilizando o critério, amplamente aceito, da auto-identificação étnica, Ribeiro define como indígena "...aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana; ou, ainda mais amplamente, é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato".

Pernambuco é o terceiro Estado, depois do Amazonas e do Mato Grosso, de maior população indígena. São aproximadamente 17.000 indígenas distríbuidos em sete comunidades: **Atikum, Fulni-ô Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Truká e Xukuru.** Muito da cultura indígena está presente em nossa sociedade, inclusive no vocabulário, a comelar pelo próprio nome do Estado - Pernambuco - palavra de origem Tupi. Entretanto, pouco se sabe sobre esses índios, como vivem, onde vivem, suas tradições, seus costumes. Menos ainda sobre a onda de violência de que têm sido vítimas.

O presente trabalho não tem a pretensão de se constituir num documento pronto e acabado, nem é produto de um estudo de especialistas. Ele é resultado de uma pesquisa desenvolvida por uma equipe do Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos - IBASP, realizada nas comunidades indígenas em Pernambuco entre os meses de fevereiro e março de 1991, tendo como principais objetivos: 1) Informar a opinião pública nacional e internacional sobre a dramática situação vivida atualmente pelas comunidades indígenas no Estado de Pernambuco; 2) Denunciar à sociedade e às autoridades as agressões, perseguições praticadas contra a população indígena, que vêm se repetindo e ampliando no Estado, e 3) Contribuir, solidariamente, com a luta das nações indígenas em Pernambuco, e do Brasil, na defesa de seus direitos, incluindo aqueles constitucionalmente reconhecidos, mas até agora ignorados.

Acervo ISA

Com esta modesta contribuição, esperamos - e temos certeza de que obteremos - o necessário apoio à causa indígena por parte das entidades democráticas da sociedade civil, dos parlamentares democratas e, quiçá, dos governos atuais.

O problema indígena no Brasil é grave e exige solução urgente. Caso contrário, a dívida de quase 500 anos que o país tem para com os índios ficará, em pouco tempo, impossível de ser paga, simplesmente porque não haverá ninguém a quem resgatá-la.

Recife, abril de 1991

QUEM SÃO, ONDE ESTÃO E QUANTOS SÃO OS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

Os Povos Indígenas no Estado de Pernambuco, atualmente em número de sete, são remanescentes das nações que originalmente ocupavam o Estado e sobre os quais pouco ainda se sabe, não apenas pelo fato de que nossos indígenas não possuiam uma linguagem escrita, mas principalmente devido à precariedade dos dados históricos disponíveis. Além disso, não existe, por descaso ou falta de incentivo por parte dos órgãos competentes, uma pesquisa sistemática sobre o assunto, ao qual poucos pesquisadores têm se dedicado.

Todos esses Povos Indígenas estão vivendo em condições bastante difíceis, alguns em estado de extrema miséria e sofrendo um rápido processo de descaracterização cultural.

* * * * * * *

AS ÁREAS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

TOTAL DE ÁREAS INDÍGENAS	07
TOTAL DE HECTARES	91.857
TOTAL DA POPULAÇÃO (ESTIMADA)	17.750

* * * * * * *

* POVO ATIKUM

ÁREA INDÍGENA ATIKUM

Localização: Serra de Umã, no município de Floresta

Área : 15.276 ha

População : 4.000 hab

Nº Aldeias : 16 (Alto do Umã, Jatobá das Damas, Samambaia, Jacaré, Lagoa Cercada, Casa de Telha, Baixão, Serra da Cotia, Bom Jesus, Areia dos Pedros, Serra da Lagoinha, Serra Grande, Sítio Sabonete, Sítio Boa Vista, Oiticica e Olho d'Água dos Padres)

Dados Históricos: A presença dos Atikum na Serra do Umã data provavelmente do século XIX. Documentos de 1801 informam que estes índios, nessa época denominados Umãs, foram aldeados, juntamente com outros povos, na localidade conhecida por Olho d'Água da Gameleira, ficando aí reunidos até 1819, quando foi abandonada após algumas revoltas.

Após 1819 tem início a dispersão de vários povos pelo sertão. Obrigados a procurar outros locais, devido as constantes perseguições, instalam-se finalmente na Serra, que a partir de então fica conhecida pelo nome de Umães ou Umãs. Data de 1858 uma informação do governo provincial sobre um aldeamento na área.

Em 1949 são reconhecidos etnicamente e passam a viver na reserva criada pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Não se sabe ao certo a partir de que época passaram a ser denominados de Atikum.

* * * * * * *

Aldeia Alto do Umã. Índios Atikum buscando água na fonte.

* POVO FULNI-Ô

ÁREA INDÍGENA FULNI-Ô

Localização: Cidade de Águas Belas e arredores, no município do mesmo nome

Área : 11.506 ha

População : 3.000 hab

Nº Aldeias : 01 aldeia central, contígua à cidade de Águas Belas e a Ouricuri, na qual permanecem durante três meses ao ano (setembro, outubro e novembro), dedicados aos seus rituais sagrados

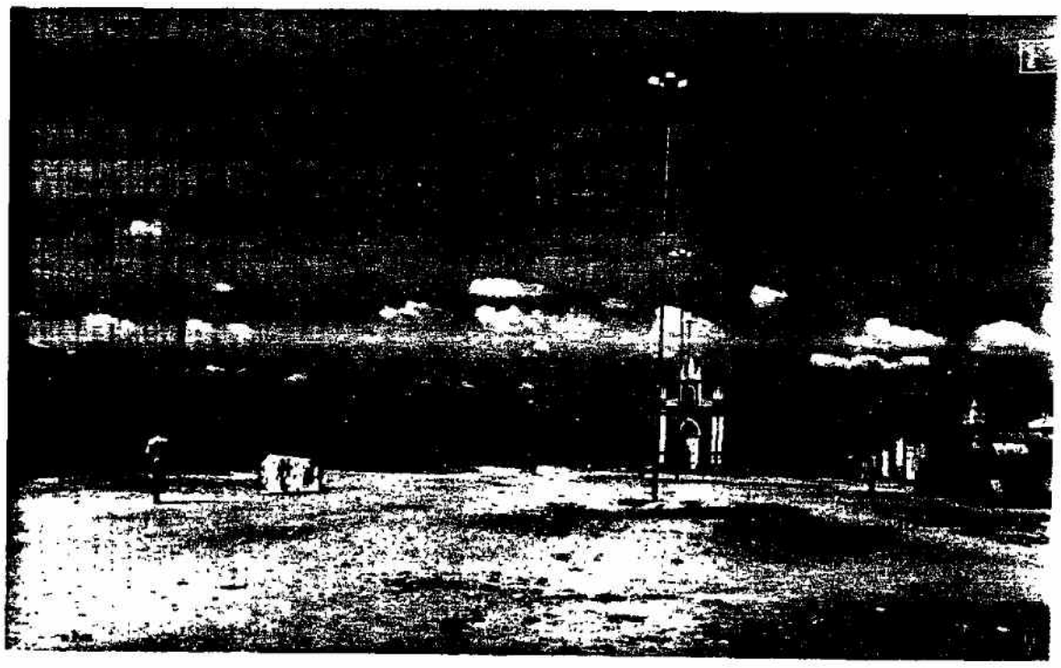
Dados Históricos: Os índios Fulni-ô, também conhecidos como Carijó ou Carnijó são, provavelmente, remanescentes de um povo cuja denominação mais antiga era Carapotó. No final do século XVII ocupavam terras da Serra do Comunati, época em que foram catequisados. Por Carta Régia nº 33, de 05.06.1705, tinham direito a duas léguas em quadra de terra, abrangendo áreas onde mais tarde surgiriam as cidades de Caruaru, Gravatá, Taquaritinga e Brejo da Madre de Deus.

Por volta de 1855 surgem os primeiros conflitos, quando suas melhores terras foram ocupadas por elementos não-índios através de arrendamento. A cidade de Águas Belas desenvolveu-se a partir de terrenos cedidos pelos índios à Igreja, que por sua vez os arrendavam aos não-índios.

Em 04.11.1861, o Governo Imperial determina a extinção da aldeia devido aos constantes conflitos pela posse da terra e ab crescimento do povoado. A medida não é cumprida e no ano seguinte o governo dá novas instruções, desta vez para a distribuição de lotes de terras aos índios.

A partir de 1897 é efetivada a demarcação da área, confirmada pelo Decreto Estadual nº 637, de 20.07.1928.

Reunidos numa só aldeia, a área é demarcada administrativamente pela FUNAI no ano de 1971, com 11.506 ha.



Vista parcial da aldeia principal dos Fulni-ô, em Águas Belas

Acervo ISA

* POVO KAMBIWÁ

ÁREA INDÍGENA KAMBIWÁ

Localização: Baixa da Índia Alexandra, entre os municípios de Inajá e Ibimirim

Área : 16.095 ha

População : 1.200 hab

Nº Aldeias : Dois aglomerados, um em torno do Posto da Funai e o de Pereios, a 6 km da sede do Posto. Existe ainda um outro, Tear, localizado fora dos limites da reserva

Dados Históricos: Pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, supõe-se que os Kambiwá sejam remanescentes do grande grupo Kariri. Até o início do século XIX viviam na região da Serra Negra. Nessa época sofrem dura perseguição dos coronéis do Alto Sertão pernambucano e se dispersam. Anos depois passam a se agrupar em pequenos aldeamentos nos municípios de Floresta, Ibimirim e Inajá.

Segundo tradição oral dos Kambiwá, entre 1922 e 1928 foram expulsos da região pela Polícia Volante que perseguia Lampião e seu bando, supondo que os índios fossem "coiteiros" do cangaceiro.

Somente na década de 50 são encontrados na localidade denominada Lagoa, próxima a área que hoje habitam. Suas roças eram freqüentemente invadidas e destruídas por fazendeiros locais. São, então, induzidos pelo Juiz de Direito local a venderem suas terras, por preços irrisórios, aos não-índios, como forma de evitar mais conflitos. Somente em 1971 é que são aldeados na reserva criada pela FUNAI.

* * * * * * *

Vista parcial da aldeia Kambiwá, em torno do Posto da FUNAI

* POVO KAPINAWÁ

ÁREA INDÍGENA KAPINAWÁ

Localização: Sítio Mina Grande e adjacências, no município de Buíque

Área : 12.260 ha

População : 400 hab

Nº Aldeias : 01, apenas a do sítio Mina Grande

Dados Históricos: Em tempos imemoriais, os Kapinawá ocupavam uma extensa área na região próxima a atual sede do município de Buíque. Segundo tradição oral dos Kapinawá, eles moravam em pequenas palhoças, vivendo da agricultura de subsistência e da caça que era abundante na região, produzindo, artesanalmente, seus utensílios de uso doméstico.

As perseguições e o contato com o não-índio provocaram perdas significativas de suas tradições e costumes. No final do século XVII perderam quase todo o território devido a política colonial portuguesa que doou várias sesmarias, como recompensa, aos "heróis" vencedores da Guerra dos Palmares. Somente em 1984 a área em que vivem atualmente foi identificada.

* * * * * * *

Índígenas Kapinawá ao lado de uma habitação, tendo ao fundo uma parte da área Kapinawá.

Acervo ISA

* POVO PANKARARU

ÁREA INDÍGENA PANKARARU

Localização: Brejo dos Padres, nos municípios de Tacaratu e Petrolândia

Área : 8.100 ha

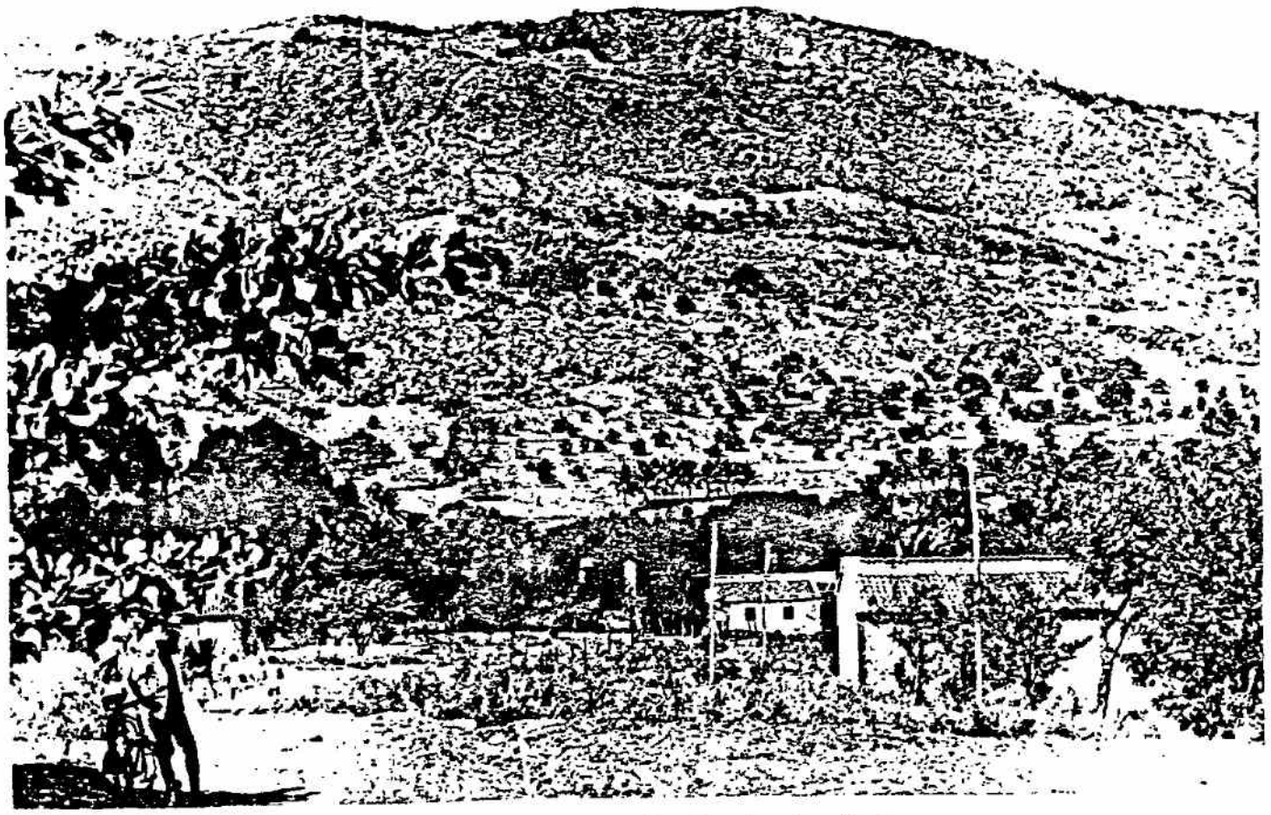
População : 4.000 hab

Nº Aldeias : 07 (Brejo dos Padres, Tapera, Serrinha, Marreca, Caldeirão, Bem-Querer e Cacheado)

Dados Históricos: A referência mais antiga sobre os Pankararu data do século XVII, quando do surgimento da Vila de Tacaratu. Tacaratu foi, inicialmente, uma maloca ou ajuntamento de índios Pankararu, Umãs, Voues e Geriticó, todos pertencentes ao grupo linguístico Kariri. Posteriormente, foram aldeados no lugar chamado Brejo dos Padres, onde havia sido organizada uma missão dirigida por padres da congregação de São Felipe Nery.

Já em 1855 são registrados os primeiros conflitos ocasionados pela presença de posseiros nas terras doadas aos índios por Carta Régia provavelmente do mesmo ano.

A primeira demarcação, efetuada em 1879, prejudicou os Pankararu da mesma forma que a feita pelo extinto SPI décadas mais tarde. Os índios contestam essa demarcação e até hoje reivindicam a inclusão de uma faixa de terra pertencente à área imemorial.



Vista parcial da Aldeia principal, Brejo dos Padres.

* POVO TRUKÁ

ÁREA INDÍGENA NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO

Localização: Ilha de Nossa Senhora de Assunção, rio São Francisco, município de Cabrobó

Área : 1.650 ha

População : 950 hab

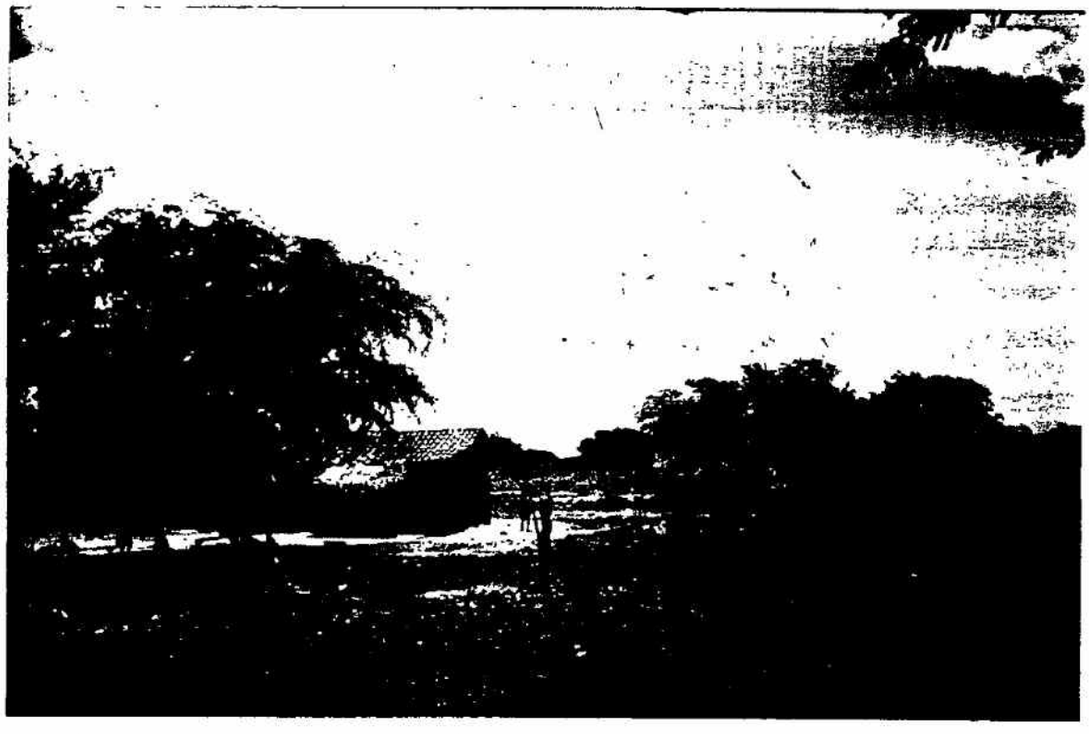
Nº Aldeias : 01, em toda ilha

Dados Históricos: As referências mais antigas sobre os Truká datam do século XVII, sempre localizados na região meridional do rio São Francisco. Centro de relativa importância comercial já no século XVIII, Cabrobó contava com diversos aldeamentos fundados por missionários católicos, sendo a aldeia de Assunção fundada por volta de 1722.

Suas terras foram usurpadas através de ação ilícita de um juiz de Capellas, na qual afirmava que os terrenos da aldeia eram patrimônio da Matriz. As terras foram arrendadas, em praça por nove anos e o gado, também pertencente aos Truká, vendido.

Em 1920, o Bispo de Pesqueira, afirmando ser dono da Ilha, vende-a ao Tte. Coronel João Parente de Sá. Em 1950, o SPI promove uma Ação de Nulidade de Venda, cumulativa com a de reivindicação das terras da Ilha de Assunção. O processo tramita, até hoje, no TFR, com o recurso "Embargos de Declaração", movido pela União Federal.

Num processo de reconquista, iniciado em 1981, os Truká recuperam parte de seu território original (6.000 ha) estando, hoje, de posse de 350 ha.



Vista parcial da Aldeia Truká.

* POVO XUKURU

ÁREA INDÍGENA XUKURU

Localização: Serra do Ororubá, no município de Pesqueira

Área : 26.980 ha

População : 4.200 hab

Nº Aldeias : 17 (Canabrava, Brejinho, Gitó, Boa Vista, Goiabeira, Afetos, Santana, Lagoa, Trincheira, Matinha, Caetano, Caldeirão, Retiro, São Brás, Canivete, Pé de Serra e Cimbres)

Dados Históricos: A presença dos Xukuru na Serra do Ororubá ou Orubá, é, provavelmente, anterior a 1749, mas é neste ano que se tem as primeiras notícias do aldeamento desses índios.

Em 1813 o Governo Imperial encerra a tutela aos Xukuru, alegando que a Vila de Cimbres era muito pobre para alimentá-los.

Em 1879, o governo declara a extinção da aldeia. As terras dos Xukuru são, então, entregues à Câmara da Regência de Cimbres para redistribuição a título de venda ou cessão a pessoas não-índias.

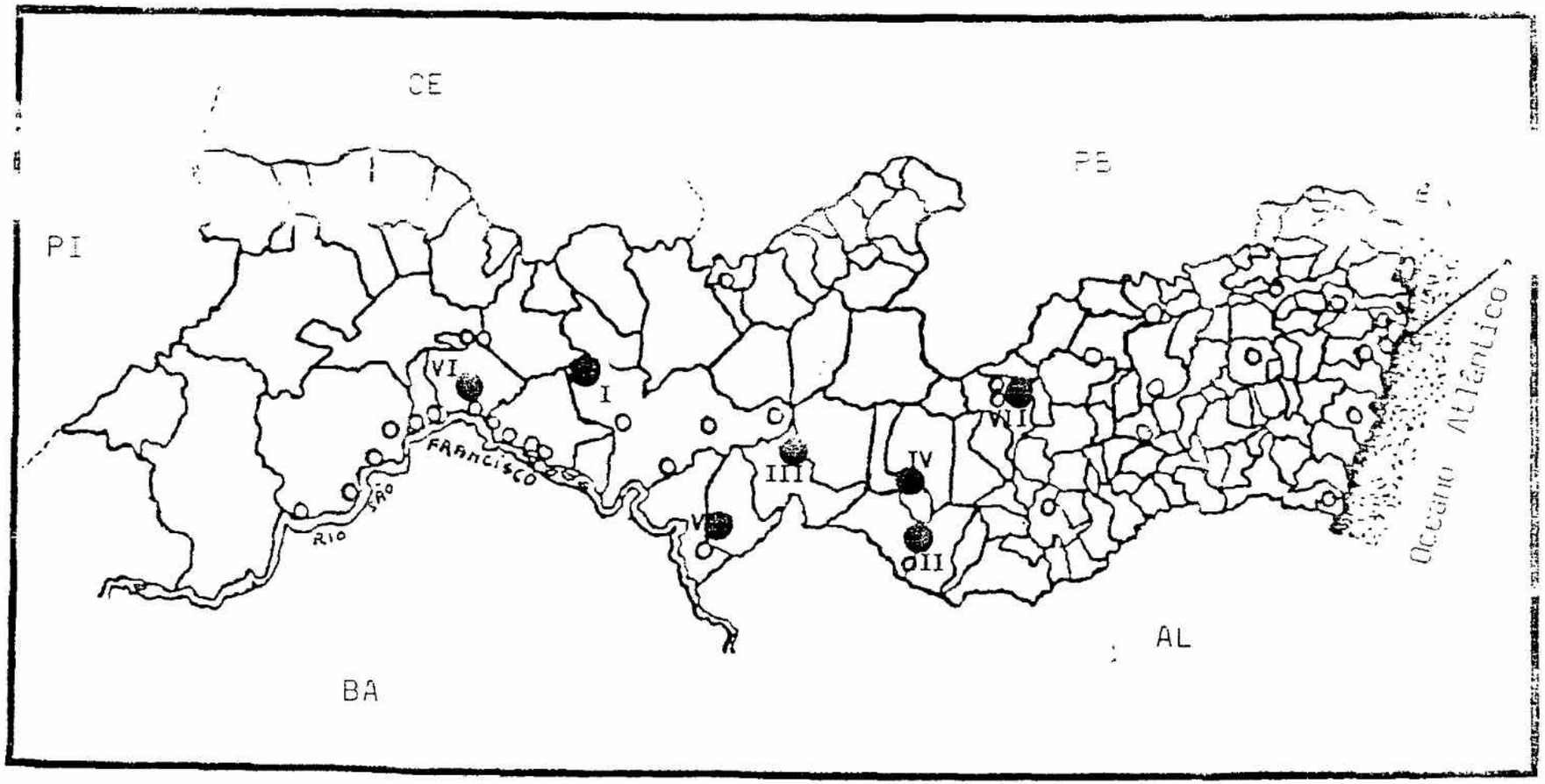
No século XIX, os índios Xukuru, juntamente com outros povos, participam da Guerra do Paraguai. Como recompensa, recebem, da Princesa Izabel, um documento de doação da Sesmaria de Ororubá.

Após muitas reivindicações dos Xukuru, o SPI cria o Posto Indígena, em 1957, na Aldeia São José.

Vista parcial da Comunidade Xukuru na Serra do Ororubá.

COMUNIDADES INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

(CONDEPE - 19[illegible]



○ Aldeamentos entre os Séculos XVII e XIX - localização aproximada

● Aldeamentos atuais

* - Recife (Capital de Pernambuco)

Comunidades Indígenas e respectivos Municípios

I	- Povo Atikum	- Município de Floresta
II	- Povo Fulni-ô	- Município de Águas Belas
III	- Povo Kambiwá	- Municípios de Inajá e Itacuruba
IV	- Povo Kapinawá	- Município de Buíque
V	- Povo Pankararu	- Municípios de Jatobá e Tacaratu
VI	- Povo Truká	- Município de Cabrobó

COMO VIVEM OS POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

- Alguns dados culturais, políticos, econômicos e sociais -

LÍNGUA MATERNA

Um dos mais fortes elementos de identificação étnica de um povo é a língua materna. Lamentavelmente, em Pernambuco, apenas os Fulni-ô preservam sua língua original. Os demais povos guardam apenas alguns vocábulos, usados, geralmente, por ocasião de seus rituais tradicionais. Ocasionalmente são utilizadas expressões mescladas com o português.

Devido as constantes perseguições sofridas ao longo de quase cinco séculos de colonização, muitos indígenas foram obrigados a ocultar a identidade étnica, e, consequentemente, a língua. Outros fatores, como por exemplo, a catequese forçada e a dispersão, também contribuíram para que os indígenas deixassem de se comunicar através de suas línguas originais.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS

No processo de aculturação, os indígenas sofreram a influência cultural dos colonizadores, mas também a exerceram sobre os não-índios. A "Quadrilha Junina", tão tradicional no Nordeste, é um exemplo claro dessa influência, presente também no vocabulário, danças folclóricas e hábitos alimentares.

Um ritual característico a todos os povos indígenas do Nordeste é o Toré, dança em que todos participam, seja homem, mulher, velho ou criança. Comum a todas as nações de Pernambuco, o Toré é dançado ao ar livre, geralmente em lugar sagrado, com indumentária e instrumentos próprios, observando-se pequenas variações de uma nação para outra. Alguns povos o executam uma vez por semana, outros uma vez por mês ou em períodos mais elásticos. Em ocasiões festivas e momentos marcantes para os povos, o Toré é sempre dançado.

Alguns Povos Indígenas mantêm ainda rituais específicos, como é o caso dos Pankararu, que realizam o "Curumi-Praiá", rito de iniciação dos segredos do culto para meninos em torno dos doze anos de idade, e a "Festa do Umbu", realizada no primeiro sábado do mês de março, dança em que os homens têm de se mostrar ágeis e corajosos. Há ainda a "Dança dos Bichos", onde os homens imitam movimentos de vários animais.

A produção artesanal está em processo de retomada. Muitos povos já produzem artesanatos - arco, flecha, balaio, cesto, borduna etc.- de forma regular, como os Fulni-ô, os Xukuru e também os Kambiwá, que produzem também comercialização.

A influência da religião católica e dos ritos afros é

bastante acentuada nos rituais indígenas. Na atualidade, constata-se um forte sincretismo nas suas práticas religiosas: uma verdadeira miscelânea de crenças, deuses, ritos e cânticos, comuns às religiões indígena, católica e afro.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

A assistência médica aos índios em Pernambuco é praticamente nula. Minados pela subnutrição, são vítimas de raquitismo, atrofia muscular, viroses diversas, verminoses etc., quadro aliás, que não diverge do vivido pela população camponesa do sertão nordestino. Nos postos indígenas é normal a falta de medicamentos, mesmo os mais elementares, sem falar na ausência de médicos ou enfermeiras. Nos convênios estabelecidos pela FUNAI com hospitais ou clínicas, o tratamento reservado aos indígenas chega a ser desumano. São frequentes as denúncias de mal atendimentos e discriminações. Nas aldeias mais afastadas dos centros urbanos, a falta de transporte tem, por vezes, sido fatal às vítimas de enfermidades.

Na educação, a situação também não muda muito. Nas poucas escolas que a FUNAI mantém nas áreas indígenas, a precariedade é alarmante: falta de materiais pedagógicos, ausência frequente de professores, prédios mal conservados, escolas distantes das aldeias etc.. Além disso, o ensino é feito nos moldes tradicionais que, não raras vezes, passam uma visão deformada da cultura indígena.

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

Todos os povos indígenas em Pernambuco vivem, basicamente, da agricultura. Os cultivos mais comuns são o milho, o feijão e a mandioca. Na região do rio São Francisco plantam também arroz. Em algumas áreas cultivam frutas e verduras. As técnicas de preparo do solo e plantio são rudimentares e não são fornecidos incentivos nem implementos para tornar a agricultura indígena eficiente, lucrativa e variada.

O principal da produção é para consumo. Apenas o excedente é comercializado nas feiras dos municípios mais próximos. Nas regiões mais áridas, como as que vivem os Kambiwá e Atikum, a agricultura é paupérrima devido aos longos e frequentes períodos de estiagem.

O criatório doméstico é bastante comum, mas são poucas as aldeias que possuem gado.

Um dos maiores obstáculos para um melhor desempenho da agricultura e pecuária indígena é a falta de terras férteis, pois estas frequentemente estão ocupadas por invasores, principalmente grandes fazendeiros.

A organização político-social dos povos indígenas em Pernambuco é praticamente a mesma: o cacique - autoridade política da comunidade; o pajé - autoridade espiritual; e as lideranças, membros

mais engajados na luta pela causa indígena. Alguns povos possuem ainda um Conselho, formado pelas lideranças mais expressivas e um vice - cacique. O número de membros do Conselho é variável, entre seis e doze integrantes.

A escolha do cacique é feita, via de regra, por eleição direta, podendo ser destituído caso não atenda as expectativas da comunidade. Uma exceção observada na comunidade Fulni-ô: alí o cargo de cacique e vitalício e hereditário.

Nos últimos anos, principalmetne a partir de meados dos anos 80, a mobilização política dos indígenas em Pernambuco e no Nordeste teve um crescimento significativo. Novas e capacitadas lideranças estão surgindo a cada dia nas comunidades. Cresce a consciência coletiva dos seus direitos inalienáveis. A presença de representantes dos povos indígenas em Pernambuco em encontros regionais e nacionais vem se multiplicando. Vencendo enormes obstáculos, desde a falta de recursos até tentativas de boicote realizadas pelo órgão tutor, os indígenas no Estado de Pernambuco e no Nordeste buscam uma forma de articulação política que lhes permita lutar pelos seus direitos em melhores condições. Afinal, estão cada vez mais conscientes de que serão eles próprios, organizados e unidos num mesmo ideal, que conseguirão o cumprimento de suas legítimas reivindicações.

Vista Parcial do Rio São Francisco, no município de Cabrobó.

Vista parcial da área Kapinawá, tendo ao fundo a Rocha onde se encontra o cemitério, o "gentio", e onde existem algumas inscrições que supõe-se sejam muito antigas.

TERRA: O PROBLEMA MAIOR

A questão da terra pode ser considerada como o epicentro de toda problemática indígena. A terra sempre foi - e continua sendo - o principal vínculo e ponto de referência dos povos indígenas com o seu passado. Constitui a principal garantia para a sobrevivência física e cultural desses povos. É da terra que colhem seus alimentos para subsistência ou comercialização. É nela que encontram as ervas medicinais para tratamento de males físicos e espirituais e, também, as plantas de cujas fibras confeccionam as vestes cerimoniais.

A atual Constituição brasileira determina que sejam respeitados e protegidos os costumes, as tradições, a organização social, as crenças e as línguas dos povos indígenas, além de reconhecer o direito de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam, considerando-as propriedade da União Federal, sendo vedada sua alienação ou alteração de sua destinação.

Segundo a Constituição, terras indígenas "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". (Art. 231, §1º)

Para que uma área seja considerada legalmente pertencente a uma nação indígena é necessário que quatro procedimentos fundiários sejam realizados.

O primeiro deles é o da identificação. Nessa fase, são feitos estudos preliminares nos quais são indicados as peculiaridades culturais de cada grupo indígena, sua relação com o território, locais sagrados e históricos, atividades de subsistência e extrativismo etc. Essa atividade está regulamentada pelo Decreto 94.495, de 23.09.87.

Aprovada a proposta da área, com a edição de Portaria Interministerial, vem a fase seguinte, da delimitação/demarcação, que consiste, em síntese, na descrição dos limites da área e na implantação de marcos e placas indicativas.

A terceira fase é a da homologação, efetivada através de ato do Presidente da República, que confirma a demarcação física da área.

Finalmente, chega a vez da regularização, quando é procedido o registro no Serviço do Patrimônio da União e no registro de Imóveis da Comarca onde está localizada a área indígena.

Como se percebe, a demarcação/regularização das terras indígenas é um processo lento e complexo. Além de consumir muito tempo, esbarra, freqüentemente, nos entraves burocráticos e no desinteresse das autoridades responsáveis, especialmente quando se trata de terras indígenas localizadas na Região Nordeste.

* * * * * * *

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS TERRAS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

* **POVO ATIKUM** - A área dos Atikum só foi identificada em 1989. Atualmente, aguarda pronunciamento do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a proposta de delimitação. Os Atikum reivindicam urgente demarcação, inclusive como forma de se protegerem da invasão de fazendeiros.

É indefinido o número de posseiros na área, onde predomina um clima de extrema violência. Várias mortes, devido a conflitos de terra, foram registradas nos últimos anos.

* **POVO FULNI-Ô** - Demarcada pela FUNAI em 1971. Não há conflitos com posseiros ou fazendeiros. Existem, entretanto, sérios atritos entre os índios e a Prefeitura de Águas Belas por questões de limites.

É sintomático que a única área indígena efetivamente demarcada em Pernambuco tenha, exatamente, o menor índice de violência.

* **POVO KAMBIWÁ** - Em 1978, a FUNAI fez a primeira tentativa de demarcar a área, contestada pelos índios. Como não foram obedecidos os ditames legais, esta foi considerada sem validade, fazendo-se necessário realizar nova identificação e demarcação.

A área dos Kambiwá está localizada em região inóspita e de difícil acesso. Fazendeiros ocupam parte de suas melhores terras. Em 1987, segundo a FUNAI, havia perto de 60 posseiros na área.

* **POVO KAPINAWÁ** - Identificada e delimitada pela FUNAI em 1984, mas não foi submetida ao GTI por falta de levantamento fundiário e avaliação das benfeitorias dos ocupantes não-índios. Novo processo terá de ser feito.

Quatro grandes fazendeiros ocupam as terras mais férteis da área Kapinawá. Registram-se graves conflitos pela posse da terra.

* **POVO PANKARARU** - A área Pankararu foi inicialmente demarcada em 1940 pelo extinto SPI. O processo de demarcação foi considerado extremamente danoso para os índios, pois reduziu em mais de 6.000 ha a área doada pelo Governo Imperial, em 1879.

Em julho de 1987 foi homologada pelo então Presidente José Sarney uma área de apenas 8.100 ha, dos 14.294 ha pertencentes aos Pankararu. Mesmo prejudicados, os índios fizeram acordo com a FUNAI no qual aceitavam os 8.100 ha, desde que os posseiros (mais de 2.000) que ocupam ilegalmente suas terras fossem retirados, o que até o momento não ocorreu.

Acervo ISA

* **POVO TRUKÁ** - Identificada em 1984 pela FUNAI. Entretanto, o levantamento fundiário não atendeu as normas vigentes. sendo necessário a realização de um novo levantamento.

Vários posseiros ocupam a área. A situação é tensa devido as ameaças e agressões praticadas por fazendeiros da região.

* **POVO XUKURU** - Identificada em 1989, não havendo ainda nenhum pronunciamento do GTI sobre a proposta apresentada em relação a delimitação da área.

Em 1990, foi firmado um acordo pacífico entre os índios e posseiros (11 famílias). A saída destes últimos só depende agora da avaliação e indenização das benfeitorias aos ocupantes não-índios. Apesar dos vários pedidos de ambas as partes à FUNAI, não foram tomadas, até o presente momento, nenhuma medida concreta.

São freqüentes os incidentes com fazendeiros da região. Várias lideranças, incluindo o cacique, estão ameaçadas de morte.

* * * * * * *

Ciança Xukuru

Acervo ISA

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Registra-se, nos últimos anos, um alarmante aumento no índice de violência contra os povos indígenas em Pernambuco, incluindo assassinatos. Apesar das repetidas denúncias públicas realizadas pelos próprios índios e pelas entidades que lhes prestam apoio e solidariedade, a quase totalidade dos crimes e agressões cometidos contra os indígenas no Estado permanece impune.

Ao lado da impunidade, preocupa, sobretudo, a indiferença e, na maioria dos casos, a omissão injustificada por parte do órgão federal responsável pela assistência aos índios - a FUNAI.

Espancamentos, ameaças de morte, apropriação ilegal de terras, constantes invasões de aldeias, ausência de assistência médico-hospitalar, de transporte e meios de comunicação, são algumas mazelas que continuam fazendo parte do cotidiano da maioria das comunidades indígenas em Pernambuco. Não bastasse isso, há ainda as tentativas de impedir a realização de seus rituais sagrados, com o objetivo de desarticular a união das comunidades. Nesse particular, insere-se a sórdida intenção de minar a resistência indígena através do aniquilamento de seus costumes e tradições - elementos fundamentais para preservação da identidade de uma nação.

Vivendo, a maioria, em regiões áridas e de difícil acesso, os indígenas raramente têm condições de manter contato com a imprensa. Isolados e sem recursos, ficam, muitas vezes, dependendo das entidades não-governamentais de apoio para que as denúncias de agressões sofridas cheguem ao conhecimento da opinião pública.

A principal fonte geradora de violência contra os indígenas é, como já dissemos, a questão da terra. Além da invasão de posseiros, grileiros e principalmente fazendeiros, os povos indígenas em Pernambuco vêm enfrentando um novo e grave problema: o do plantio ilegal da maconha em suas terras no alto sertão. Uma poderosa máfia vem atuando na região. Qualquer indivíduo, e pior ainda se for índio, que, por algum motivo, contrarie os interesses dos plantadores e traficantes, é logo eliminado por pistoleiros de aluguel.

Elaborar uma lista completa dos crimes e agressões praticados contra os indígenas em Pernambuco, além de exigir tempo para pesquisa e recursos, implicaria num considerável aumento de volume do presente trabalho. Por isso, optamos por uma indicação resumida dos principais atos de violência ocorridos no Estado nos últimos anos. Ao final , anexamos documentos e extratos de notícias de jornais locais, referentes aos acontecimentos citados.

* * * * * * *

Acervo ISA

* **ATIKUM**

Fevereiro/88 - O índio Abdon Leonardo da Silva denuncia que o chefe do posto indígena havia cancelado todo tipo de autorização para deslocamento dos índios, mesmo nos casos de doença. Na mesma declaração, prestada à FUNAI, Abdon denuncia que o posto indígena encontrava-se completamente abandonado, servindo de cassino e bar para os filhos do funcionário da FUNAI, Manoel Cirilo, e que o chefe do posto andava distribuindo carteiras de índio a pessoas não-índias do município de Floresta. (Anexo 1)

Setembro/89 - Abdon Leonardo denuncia à Polícia Federal que o funcionário da FUNAI, Manoel Cirilo, e seus filhos, estavam cultivando maconha na área indígena. Cirilo e um de seus filhos são presos, mas em menos de 30 dias são postos em liberdade. Segundo lideranças Atikum, os criminosos foram soltos com a ajuda de dois advogados contratados pela FUNAI. Ao sair da prisão, Cirilo afirma publicamente que irá se vingar de Abdon. (Anexo 6)

Fevereiro/90 - Abdon Leonardo da Silva é eleito cacique dos Atikum. O chefe do posto indígena nega a oficialização da eleição. O novo cacique presta declaração à FUNAI, na qual faz novas denúncias sobre os desmandos que vêm ocorrendo na área. Por conta dessas denúncias, o líder Atikum passa a ser ameaçado de morte pelo chefe do posto e por Manoel Cirilo. (Anexo 2)

Abril/90 - Em carta dirigida ao então presidente da FUNAI, Airton Alcântara Gomes, o cacique Abdon Leonardo solicita imediatas providências para solucionar os graves problemas da comunidade, decorrentes das arbitrariedades cometidas pelos funcionários da FUNAI na área. Entre denúncias, informa sobre a utilização do veículo, destinado ao transporte dos índos, em benefício de pessoas não-índias. Faz um alerta sobre o fato de já terem sido assassinados 8 (oito) índios em período recente, entre eles o ex-chefe do posto, Oduvaldo Girão e sua filha de 19 anos (maio/84), com o detalhe de que todos os mortos foram antes ameaçados pelo funcionário Manoel Cirilo. Alerta também, para a ameaça de morte que recai sobre sua pessoa e pede garantia de vida. (Anexo 3)

Abril/90 - O assessor da FUNAI, Cláudio Romero, remete carta ao presidente do órgão, solicitando providências urgentes para o drama dos Atikum. Na mesma carta, Cláudio Romero pede que seja comunicado ao Administrador da FUNAI em Garanhuns, Petrônio Machado, ao chefe do posto Indígena Atikum, Eugênio Bastos e ao funcionário da FUNAI, Manoel Cirilo "de qualquer coisa que ocorrer com o índio Abdon Leonardo, seja atentado, acidente ou qualquer outro tipo de incidente em que ele venha sofrer ferimento ou mesmo perder a vida, os mesmos serão responsabilizados criminalmente perante a Justiça". (Anexo 4)

Dezembro/90 - O cacique Abdon Leonardo da Silva, de 29 anos, e seu irmão Abdias João da Silva, de 25, são emboscados e covardemente assassinados, pelas costas, com tiros de espingarda calibre 12, por três homens em frente a casa de seus pais. A mãe dos índios, D. Beatriz Adelaide da Conceição, que saíra ferida do atentado, reconhece dois dos pistoleiros, sendo um deles Raimundo Cirilo, filho de Manoel Cirilo. (Anexos 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12)

* FULNI-Ô

Outubro/84 - Dois índios Fulni-ô, sendo um deles de menor idade, são barbaramente espancados, durante mais de quatro dias consecutivos, pela Polícia Militar de Águas Belas. (Anexo 13)

Outubro/88 - Índios Tuxá, da Bahia, e Fulni-ô, de Pernambuco, acusam a FUNAI de não pagar devidamente as diárias para tratamento médico dos índios. (Anexo 14)

Outubro/88 - A índia Maria José Sarapó vem ao Recife para tratamento de saúde. Ao chegar no IMIP, recebe a notícia de que só poderá ser atendida dentro de uma semana. Sem recursos para a passagem de volta ou hospedagem, apela à FUNAI que lhe nega o pedido. (Anexo 15)

Fevereiro/90 - O índio Tapuia Santxie, assessor técnico da Fundação Mata Virgem, acusa a FUNAI de reter dólares doados por entidades suiças aos Fulni-ô, destinados a implantação de um programa de atendimento a crianças indígenas. (Anexo 16)

Maio/90 - Índios Fulni-ô acusam dirigentes da FUNAI de não terem nenhuma afinidade com as causas indígenas e reclamam a participação dos índios na escolha do superintendente e administradores regionais do órgão. (Anexo 17)

Agosto/90 - Pouco ou nenhum interesse os governos estaduais demonstrado pelas comunidades indígenas, mesmo em ocasiões que antecedem eleições. (Anexo 18)

* KAMBIWÁ

Outubro/90 - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) nega pedido dos índios para utilização da Reserva Biológica de Serra Negra, localizada em área Kambiwá, para a prática de seus rituais sagrados. O IBAMA alega que os índios praticam caça a animais silvestres. (Anexos 19 e 20)

Janeiro/91 - O índio Genildo Francisco de Assis é barbaramente torturado na Delegacia de Roubos e Furtos de São Luis (MA) durante quatro dias. (Anexo 21)

Fevereiro/91 - A FUNAI retira o único transporte que servia a comunidade Kambiwá, localizada em região de difícil acesso. Alega a FUNAI que o carro havia quebrado e não dispunha de verba para consertá-lo. O então superintendente do órgão, Lauri Camargo, lança uma nota na imprensa na qual afirma que as denúncias feitas pelo IBASP são levianas e que o carro será devolvido no próximo mês. (Anexo 22 e 23)

Março/91 - A FUNAI não cumpre a promessa. A falta do carro concorre para a morte de dois membros da comunidade: Maria Cecília de 40 anos e uma criança de apenas um ano de idade. Doentes, não tiveram condições de receber socorro devido a falta de transporte, uma vez que até a única linha de ônibus que passava na estrada que corta a aldeia foi desativada. Revoltados, 17 Kambiwá foram, em comissão , até Garanhuns para exigir providências. O administrador local, além de atender de forma grosseira os integrantes da comissão disse desconhecer a promessa da FUNAI. Em contato com a Superintendência, ficou prometido, mais uma vez, aos índios, que o carro seria consertado e devolvido em poucos dias. (Anexo 24)

*** KAPINAWÁ**

Maio/88 - Os índios Lourival José Mariano, Lindalvo Bernardino da Silva e o cacique Antônio José Monteiro são condenados pela morte de dois pistoleiros que obedeciam ordens do grileiro Zuza Tavares. As mortes ocorreram em 1982, como resultado de um conflito armado entre índios e pistoleiros na localidade de Catimbau.

Após ocupar ilegalmente parte das melhores terras da área Kapinawá, o grileiro Zuza Tavares resolveu proibir a passagem dos índios para Catimbau, local onde costumeiramente iam comprar mantimentos. Revoltados com o fato de não poder circular em suas próprias terras, um grupo Kapinawá resolve ignorar a proibição. Em Catimbau , após fazer compras, o grupo é atacado a bala por pistoleiros contratados pelo grileiro. O grupo Kapinawá reagiu em legítima defesa. No tiroteio morreram os pistoleiros Luís José Siqueira e Josué Albuquerque Cavalcanti. O julgamento, realizado 6 anos depois, que condenou os índios a 56 anos de prisão, foi repleto de irregularidades. (Anexos 25, 26 e 27)

Junho/88 - Violentas chuvas derrubam 10 casas na aldeia Kapinawá deixando desabrigadas cerca de 60 pessoas. A FUNAI alega não ter recursos para atender casos dessa natureza. (Anexo 28)

Janeiro/89 - O índio Pedro Kapinawá é preso por vários dias, sofre torturas e lhe é negada assistência médica. (Folha de Pernambuco - 02.02.89)

Dezembro/89 - Em carta aberta às autoridades competentes e ao povo em geral, lideranças Kapinawá pedem a destituição do chefe do Posto da FUNAI, Pedro Balbino, acusado de não cumprir com suas o-

Acervo ISA

brigações e de ter ótimo relacionamento com os grileiros que ocupam as terras indígenas. (Anexo 29)

Fevereiro/91 - Índios Kapinawá reclamam da FUNAI providência para retirada dos fazendeiros e grileiros que continuam ocupando as melhores terras da comunidade. Nelas os índios não podem plantar nem praticar a pecuária. Solicitam, também, o direito de acesso a Catimbau para realizarem compras. (Anexo 24)

* PANKARARU

Fevereiro/88 - O tte. da PM, José Colares Pereira, após tomar a arma que o índio Francisco Luíz de Souza portava, atira em sua perna. O Pankararu fica preso na delegacia sem atendimento médico. (Anexo 30)

Agosto/89 - Integrantes da comunidade Pankararu solicitam da FUNAI agilização na retirada dos aproximadamente dois mil posseiros que invadiram suas terras, temerosos que o clima de tensão existente pudesse resultar em mortes, como ocorreu em 1987. (Anexo 31)

Novembro/Dezembro/89 - Trezentos posseiros derrubam a placa de identificação da Aldeia Indígena erguida pelos Pankararu. A placa é reerguida pelos índios no início de dezembro, com proteção da Polícia Federal, mas é novamente derrubada. Vários marcos de concreto que delimitavam a área são quebrados. (Relatório do CIMI - Secretariado Nacional "A violência contra os Povos Indígenas do Brasil em 1989")

Meados/1990 - Lideranças Pankararu lançam um documento expondo os problemas enfrentados pela comunidade e exigem o cumprimento da lei por parte da FUNAI. (Anexo 32)

Janeiro/91 - O servidor da FUNAI, Otávio Campelo de Oliveira, chefe administrativo do órgão em Paulo Afonso (BA), mantém a índia Pankararu, R.S.T., de 15 anos, em cárcere privado num apartamento em Recife, por vários meses, obrigando-a a manter relações sexuais com ele. (Anexo 33)

Janeiro/91 - A Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe) corta o fornecimento de energia à área Pankararu. Os índios se revoltam e após várias negociações a energia é novamente ligada. (Anexo 34)

* TRUKÁ

Novembro/81 - O índio Antônio Pingô é morto a sangue frio quando rezava no cemitério, pelos mortos, no dia de finados, por sobrinhos do fazendeiro Pedro Gomes de Sá. O filho de Antônio Pingô responde ao atentado. Do tiroteio saem mortos os fazendeiros Pedro Gomes e dois sobrinhos. (Diário de Pernambuco - 07.11.81)

Década de 80 - Apesar dos constantes apelos dos índios à FUNAI, para demarcação da área, não são atendidos. A área, localizada na Ilha de Assunção, é paulatinamente invadida por posseiros e fazendeiros.

Novembro/90 - O índio Truká Antonio Gilvan da Cruz é sequestrado de sua residência por elementos que se passavam por policiais federais. No dia seguinte é encontrado morto com visíveis sinais de tortura. (Anexo 35)

Fevereiro/91 - Índios denunciam o envio, pela FUNAI, de remédios com prazo de validade vencido. Denunciam, também, que sementes enviadas pela FUNAI não são distribuídas aos índios e que muitas delas terminam apodrecendo no posto indígena. (Anexo 36)

* **XUKURU**

Outubro/88 - Índios Xukuru acusam fazendeiros de invadirem suas terras com vistas a receberem indenizações posteriores, quando da demarcação das mesmas como reservas indígenas. O índio Gentil Severiano é barbaramente surrado por capangas do fazendeiro Justo Farias. (Anexos 36 e 37)

Outubro/88 - Os Xukuru, em pé-de-guerra, exigem a demarcação de suas terras pela FUNAI, a contenção do avanço de projetos de pecuária, financiados pela SUDENE, em área que lhes pertence e a aplicação dos dispositivos da nova Constituição que garantem o respeito aos seus direitos históricos.

Resgatando parte de sua história, os índios afirmam ter recebido do Imperador D. Pedro II, títulos de doação de suas terras, mas que os mesmos foram surrupiados pelo funcionário do extinto SPI, Cícero Cavalcanti. (Anexos 37, 38, 39, 40 e 41)

Janeiro/89 - A pedido do Fazendeiro Eudim Bezerra para impedir a Dança do Toré, policiais liderados pelo delegado Petrônio Góes, prendem ilegalmente e torturam dois Xukuru, Edilson Leite e Cícero dos Santos. São ameaçados e proibidos de realizarem o culto. O fato é denunciado ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Inquérito concluído em 13 de fevereiro acusa o delegado Góes de ser violento com os índios. O delegado é, então, transferido para outro município. (Anexo 42)

Abril/89 - O fazendeiro Eudim Bezerra e mais dois capangas prometem assassinar o cacique Francisco de Assis Araújo (Chicão), bem como ameaçam outros Xukuru. (Relatório do CIMI - Secretariado Nacional "A violência contra os Povos Indígenas no Brasil em 1989")

Dezembro/89 - Em carta aberta às autoridades competentes e ao povo em geral, lideranças Xukuru denunciam desmatamento, praticado por fazendeiros, na área indígena. (Anexo 29)

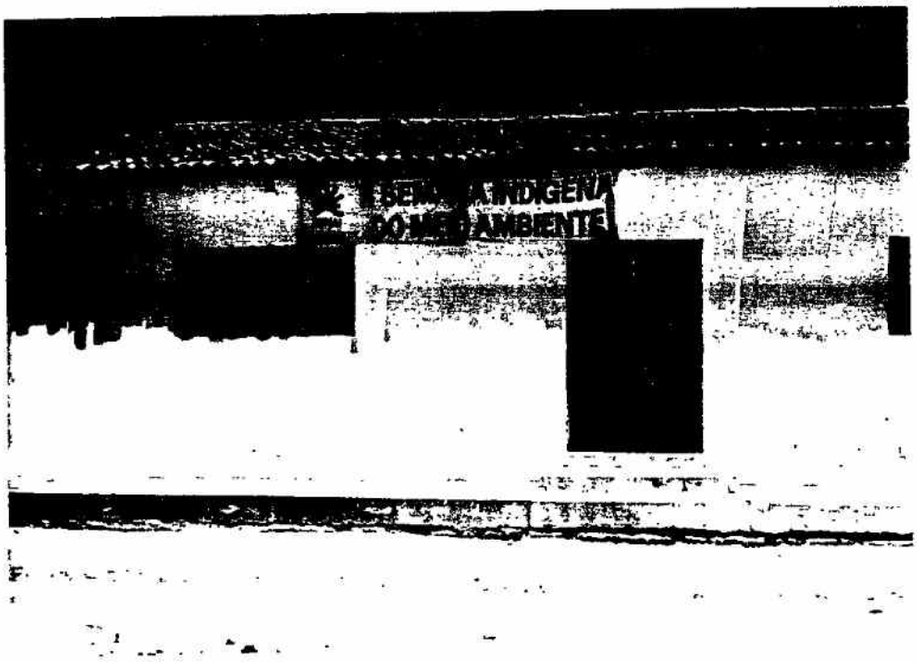
Acervo ISA

Novembro/90 - Trezentos índios Xukuru, apoiados por índios Atikum e Kapinawá, ocupam 110 ha na localidade de Pedra d'Água, a fim de defenderem a mata da exploração de fazendeiros e posseiros, que segundo os índios, estariam roubando madeira das terras que lhes pertencem. (Anexo 43)

Novembro/90 - Os Xukuru emitem nota à população em geral, à imprensa e às autoridades, explicando as razões da ocupação da mata, em Pedra dÁgua. (Anexo 44)

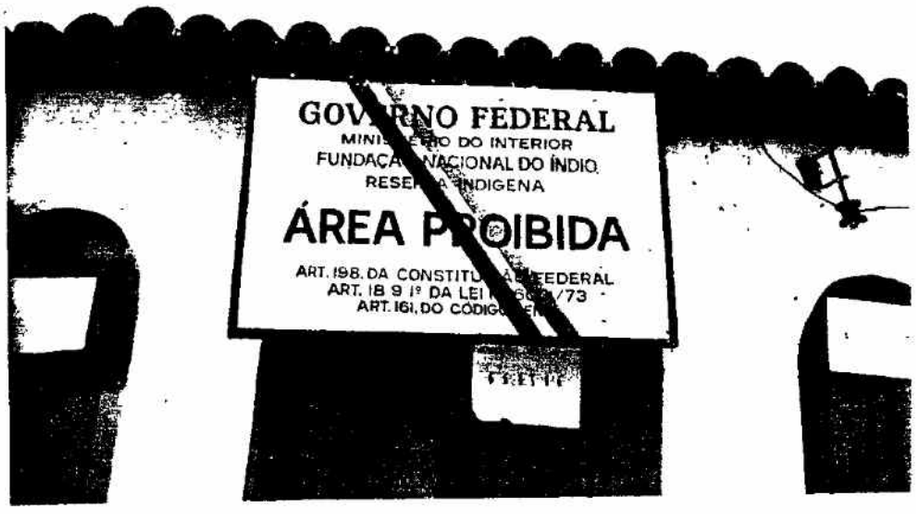
Dezembro/90 - Índios e posseiros fazem acordo pacífico para que es - tes últimos desocupem a área indígena. Carta é enviada ao superintendente da FUNAI solicitando indenização das benfeitorias dos posseiros, única exigência destes para saírem da área. (Anexo 45)

* * * * * * *



Para os indígenas a Terra é Mãe e é respeitada todos os dias do ano e nã apenas por alguns dias.

"Área proibida" para quem? Com certeza não é proibida para fazendeiros, grileiros, latifundiários.



ANEXOS

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

ANEXO: 01

29

TERMO DE DECLARAÇÃO QUE PRESTA

(ABDON LEONARDO DA SILVA)

Aos 19 dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, no gabinete da ASI/3ª SUER, compareceu ABDON LEONARDO DA SILVA, filho de João Leonardo da Silva e de Beatriz Adelaide da Conceição, remanescente da comunidade indígena Atikum, residente na serra Umã próximo ao PIN, no município de Floresta/PE. O qual passou a declarar o seguinte: que a comunidade Atikum não está sendo administrado pela FUNAI através do PIN, pois o chefe daquele posto raramente aparece na área; que o mesmo dá seu expediente na cidade de Floresta, mais precisamente na delegacia de polícia daquele município; que o chefe do posto além de não aparecer na área, cancelou qualquer tipo de autorização para deslocamento dos índios Atikum; que o referido cancelamento vem dificultar em muito o deslocamento de membros daquela comunidade que se destinam a tratamento de saúde, pois os mesmos não teem verbas para custear as viagens quando por necessidade de doença; que a viatura da FUNAI que serve ao posto encontra-se em Floresta em poder do chefe daquele PIN; que o funcionário Manoel Cirilo é quem faz o intercambio entre o chefe do posto, que fica em Floresta, e os demais funcionários do PIN Atikum, levando e trazendo documentos do PIN para o centro da cidade de Floresta, para ser despachado pelo chefe daquele PIN; que o PIN Atikum encontra-se abondonado servindo de cassino e bar pelos filhos do funcionário Manoel Cirilo; que o funcionário Manoel Cirilo e seus filhos são responsáveis por todo tipo de violência ocorrida naquela comunidade; que o então chefe do posto Francisco Xisto foi ameaçado de morte pelo Manoel Cirilo e seus filhos porque a comunidade havia feito uma baixa assinado pedindo a FUNAI a transferência da servidora SILVANA MARIA DE SÁ SILVA, nora de Manoel Cirilo; que Francisco Xisto só não foi morto porque fugiu daquela área na madrugada do dia 27/05/87; que o atual chefe do posto Adriano reside em uma hospe-

Abdon Leonardo da Silva

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lux, 2º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

ANEXO: 01

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

hospedaria paga pela prefeitura; que membros da comunidade Atikum quando procuram o chefe do posto em Floresta o mesmo está exercendo atividades politicas; que tomau conhecimento que o chefe do posto está distribuindo carteiras de índio para pessoas não índias da cidade Floresta; que o critério para distribuição dessas carteiras é feito em reunião com os Lideres da comunidade e o chefe do PIN, constatando a identidade indígena das pessoas que vão receber as carteiras, o que não está sendo feito pelo chefe do posto; que o declarante costuma participar juntamente com o cacique e demais Lideres daquela comunidade das reuniões quando na confecção de carteiras, para ficar determinado quem é ou não índio para poder recebê-las; que ele declarante afirma ser necessário a presença do chefe do posto no PIN e uma comissão da FUNAI na área para apurar as irregularidades, para que tudo seja resolvido sem violência entre os membros da comunidade; que ele declarante encontra-se a disposição da comunidade e do PIN para qualquer problema que se fizer necessário. E como nada mais disse deu-se por fin o presente termo, que despois de lido e achado conforme vai devidamente assinado pelo declarante.....

Abdon Leonardo da Silva

ABDON LEONARDO DA SILVA

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

ANEXO: 02

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

TERMO DE DECLARAÇÃO QUE PRESTA
(ABDON LEONARDO DA SILVA)

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa, às 16:00 horas, na sede da Superintedência Executiva da FUNAI 3ª REGIÃO, no gabinete da ASI, nesta Cidade do Recife/PE, compareceu o remanescente indígena Abdon Leonardo da Silva da área Atikum, município de Floresta/PE, o qual passou a declarar o seguinte: QUE a Comunidade Atikum decidiu mudar de Cacique, tendo nomeado o declarante; QUE foi realizada duas eleições, uma no dia 07.12.89 e outra no dia 23.01.90, tendo aproximadamente 475 índios assinado a relação, em cada eleição; QUE além de não comparecer a citada eleição no Posto indígena, a Comunidade solicitou do Chefe do Posto ofício, oficializando a eleição e ele não concedeu; QUE o chefe do Posto lhe disse que não dava o ofício pelo motivo do mesmo está trabalhando contra ele; QUE está havendo grande desmando na área Atikum, inclusive sementes que foram para serem distribuídas entre os índios, grande parte foi destinada a brancos; QUE as citadas sementes deveriam serem distribuídas na área, no entanto foram distribuídas em Carnaúbeira; QUE o veículo do Posto é utilizado para carregar cereais de brancos, inclusive o Sr. Antônio de Deja usa o veículo para fazer lotação, e quando algum índio precissa do carro, tem que botar gasolina; QUE o declarante foi reclamar ao chefe do Posto, tendo o mesmo respondido que fazia do carro o que bem entendesse; QUE o chefe do Posto prejudicou a índia Izaura de Oliveira, usando o registro dela em beneficio de uma branca de nome Lúcia de Mirandiba, a qual não é índia e está internada no hospital Santo Amaro; QUE a Comunidade está solicitando desta Superintendência uma definição urgente para empossar o declarante como Cacique. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente termo, o qual após lido e achado conforme vai dedamente assinado pelo delcarante.:x:x:x:

Em Tempo: O declarante se sente ameaçado de morte pelo chefe do Posto e Manoel Cirilo.

Abdon Leonardo da Silva
DECLARANTE

Avenida João de Barros, 668
Boa Vista 50050 Recife PE
(081) 222-0142

Ana Xênia 4341567

ANEXO: 03

FUNAI/SAR Reg. 706
Recebido 05 / 04 / 90
15:00

ASSINATURA

Brasilia, 03 de Abril de 1990.

ILMO SR.
CEL. Airton Alcantara Gomes
PRESIDENTE DA FUNAI.

A Comunidade Indígena de PIN ATIKUM, localizada no Município de Floresta, Estado de Pernambuco, com 3.852 índios, aqui representados por mim, Cacique da Tribo ABDON LEONARDO DA SILVA, vem através deste, reivindicar de Vossa Senhoria o máximo apoio a transferência de 4 funcionários deste Orgão, que só vem prejudicando a Comunidade Indígena, daquela região.

O Chefe de Posto, Sr. Eugenio Quixabeira Bastos, vem usando o veículo destinado ao transporte dos índios da Comunidade, em benefício de pessoas brancas completamente alheias aos interesses da Comunidade PIN ATIKUM.

As Professoras Silvana Maria de Sá Silva e Maria Lúcia, não cumprem com seu dever de ensino, passando muitas veses, mais de 15 dias sem comparecer ao expediente escolar, prejudicando assim, as crianças da comunidade. E, ainda, o Sr. Manoel Celiro da Silva, Trabalhador Braçal, que já está a 2 anos sem comparecer ao Serviço, mas mesmo assim, continua a receber seus proventos pois, o Chefe de Posto leva a Folha de Ponto à Cidade para que seja assinada pelo sitado Servidor.

Ao encaminhar a reclamação da Comunidade sobre a situação em que se encontra os servidores da FUNAI na tribo , fui surpreendido com uma ameaça de morte a minha pessoa feita pelo próprio Chefe de Posto e pelo Sr. Manoel Celiro que colocaria seu filho, Sr. Raimundo Manoel da Silva e outro pistoleiro, caso não suspendesse a denuncia efetuada pela comunidade, para me matar.

Comunicando o fato a comunidade, foi feito, após uma reunião, um abaixo assinado que foi entregue na Superintendência Executiva da FUNAI, no Gabinete da ASI, na cidade do Recife/PE.

Em nossa Tribo, já foram assassinados 8 índios, com fortes suspeitas a pessoa do Sr. Manoel Celiro que ameaçou a todos eles, antes de serem mortos, tendo inclusive 2 destes índios vindo à Brasilia pedir proteção à suas vidas, conforme sabe o Dr. Claudio Romero.

Estando nossa Comunidade amparada pela Constituição Federal e pela Lei 6.001 que pune casos desta Natureza e diante do fatos que exponho, através deste ofício, reitero a Vossa Senhoria uma urgênte providência no sentido

ANEXO: 03

e atender a solicitação da Comunidade indígena de PIN ATIKUM pois, só assim poderei retomar minhas funções de Cacique, sem que tenha de viver temoroso com a ameaça de poder, a qualquer momento, ser assassinado por defender os interesses dos índios de minha comunidade.

No aguardo de uma resposta, subscrevo-me,

Abdon Leonardo da Silva

ABDON LEONARDO DA SILVA
CACIQUE

ANEXO: 04

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNAI/SAE Reg. 748
Recebido 10 / 04 / 90
às 14:30 hs.
ASSINATURA

CI Nº 038/90. Brasília, 10 de abril de 1990.

Do : Assessor CLAUDIO ROMERO
Ao : Sr. Presidente da FUNAI

Senhor Presidente,

Venho por meio desta informar a V.Sa. que o líder do grupo indígena ATIKUM, ABDON LEONARDO DA SILVA, morador no PI Atikum, localizado no município de FLORESTA - PE, encontra-se em Brasília para fazer denúncias sobre irregularidades que estão ocorrendo na jurisdição do referido PI, bem como, solicitar garantia de vida, pois vem sendo ameaçado de morte por elementos da região, inclusive servidores deste órgão.

Na condição de funcionário da FUNAI, quero alertar a V.Sa. que anteriormente já estiveram em Brasília outros líderes indígenas ATIKUM, solicitando providências para apurar as ameaças de morte que eles vinham recebendo de pessoas do Município de FLORESTA, sendo que, a FUNAI não tomou as devidas providências, não levando a sério os apelos dos índios, que ao retornarem a sua área de origem, foram assassinados, entre eles podemos citar JOSÉ ATIKUM e ANILTON PACHANO, assassinado em 1985.

Além de vários índios já assassinados, também um Chefe de Posto da FUNAI, ODUVALDO GIRÃO MOTTA e sua filha, foram assassinados em maio de 1984, sem que nenhuma providência tenha sido tomada para apurar tais crimes e punir os criminosos.

Diante do exposto aqui, bem como, das denúncias contidas no documento encaminhado pelo lider ABDON LEONARDO DA SILVA, a V.Sa. datado de 03.04.90, solicito o seguinte:

a) Solicitar ao Departamento da Polícia Federal que desloque uma equipe de policiais até a área indígena ATIKUM, para verificar "in loco" as denúncias do índio ABDON.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

ANEXO: 04

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

b) Dar garantia de vida ao referido índio, com proteção policial, seja do DPF ou da Polícia Militar do Estado.

c) Nomear uma Comissão de Sindicância para apurar as irregularidades que estão sendo cometidas pelos servidores do PI ATIKUM. Os membros desta Comissão logicamente não poderão ser da ADR de Garanhuns.

d) Comunicar,a través de Radiograma, ao Administrador de Garanhuns, PETRÔNIO MACHADO C. FILHO, ao Chefe do Posto Indígena ATIKUM, EUGÊNIO QUIXABEIRA BASTOS e o trabalhador braçal do PI ATIKUM, MANOEL CELINO DA SILVA, de que qualquer coisa que ocorrer com o índio ABDON LEONARDO DA SIVLA, seja atentado, acidente ou qualquer outro tipo de incidente em que ele venha sofrer ferimentos ou mesmo perder a vida, os mesmos serão responsabilizados criminalmente perante a Justiça.

Presto pois estas informações Sr. Presidente, fazendo este apelo, para que sejam tomadas as providências solicitadas, para eviarmos que mais um índio, mais um brasileiro, seja covardemente assassinado, enquanto nós da FUNAI, que poderíamos fazer alguma coisa para evitar tal fato, ficamos de braços cruzados. Segue em anexo o documento elaborado pelo índio ABDON LEONARDO DA SILVA.

Atenciosamente,

CLAUDIO DOS SANTOS ROMERO
Assessor II

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 5º andar
CEP 70.330 Brasília D.F.

Acervo ISA

ANEXO: 05 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 31.12.90

DISPUTA DE TERRAS

Três homens matam dois índios numa emboscada

O cacique da tribo Aticum, Abdon Leonardo da Silva, de 29 anos, e seu irmão, Abdias João da Silva, de 25, foram mortos numa emboscada no final da tarde de sábado. Eles dirigiam a caminhonete C-10 da Funai — depois de haverem transportado índios que trabalhavam na construção de uma estrada, na reserva indígena localizada na Serra Umã, em Floresta — quando três homens os assassinaram a tiros de espingarda 12.

O crime ocorreu próximo à residência deles e foi presenciado por Beatriz Adelaide da Conceição, mãe dos dois índios. Ao perceberem que estavam sendo observados, os três pistoleiros ainda chegaram a atirar na direção de Beatriz, que foi atingida por estilhaços de chumbo, sendo levada para o Hospital Municipal de Floresta.

Beatriz Conceição garante ter reconhecido dois dos pistoleiros, Raimundo Cirilo e Mauro. Segundo revela, o crime foi motivado pela disputa de terras e envolve diretamente o fazendeiro Manoel Cirilo, pai de Raimundo, que foi expulso da área indígena quando Abdon se elegeu cacique da tribo, há três meses.

"Eles diziam que Abdon sabia conversar muito, sabia fazer reunião e iria tirar os fazendeiros da reserva indígena", contou Beatriz Conceição, revelando que a perseguição começou algum tempo antes da eleição. Há informações de que o fazendeiro estaria envolvido no plantio de maconha. O clima na reserva, onde residem aproximadamente quatro mil índios, é tenso. Os três pistoleiros estão foragidos e a Polícia sem condições de agir, pois não possui, sequer, viatura.

ANEXO: 16 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 13.02.90

Funai retém dólares doados aos Fulni-ô

A Funai está retendo uma verba de mais de US$ 900 mil enviada por instituições financiadoras da Suíça para a implantação de um programa de atendimento a crianças índigenas da tribo Fulni–ô, no município pernambucano de Águas Belas, a 331 quilômetros do Recife. A denúncia foi feita, ontem, pelo índio Tapuia Santxie, assessor técnico da Fundação Mata Virgem, – entidade criada no ano passado pelo Cacique Raoni e pelo cantor Sting para atuar na defesa das nações índigenas brasileiras. Segundo Santxie, que esteve no Recife enviado por Raoni, para descobrir o destino do dinheiro, a verba já deveria ter sido encaminhada aos Fulni–ô.

Armado de arco, flecha e borduna, ele teve que esperar durante quatro horas, no prédio da Funai, tempo em que assessores da instituição tentavam localizar o superintendente Regional, Lauri Camargo. No início da tarde, Camargo, que estava de partida para Maceió, disse desconhecer a existência da verba. "Pelo menos até agora, não tivemos sequer notícias sobre esse tal projeto de assistência aos Fulni–ô", afirmou o superintendente, repetindo uma explicação dada horas antes pelo Chefe do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da Funai em Pernambuco, Antonio Macedo. Diante da insistência do Tapuia, Camargo prometeu acionar a sede do órgão em Brasília, para saber o destino dos dólares suíços.

– Vim pessoalmente resolver este problema, pois no Brasil o índio só é usado como fachada para a demagogia dos políticos. Programas são aprovados, o dinheiro liberado e o índio não vê nem a cor – afirmou Santxie, que garante ter elaborado, juntamente com outros assessores da Fundação Mata Virgem, o projeto sobre as crianças índigenas pernambucanas. Segundo ele, o projeto foi apresentado no início do ano e a verba liberada há duas semanas, através de contatos entre a Embaixada da Suíça e a presidência da Funai, em Brasília.

Benefício

Para Santxie, que também veio pedir ao Superintendente da Funai dinheiro para custear a ida de índios nordestinos a um encontro mundial de crianças índigenas, em outubro de 1992, em local ainda não definido, a tribo dos Fulni–ô seria a primeira beneficiada pelo projeto da Fundação Mata Virgem, no Estado. "Fizemos vários levantamentos e constatamos que a situação das crianças dessa tribo é muito grave: elas estão com sérios problemas de saúde", explicou. Adiantou que, depois dos Fulni–ô, outras tribos índigenas nordestinas serão contempladas. O dinheiro, garantiu, será enviado por instituições européias preocupadas com a situação dos índios no Brasil e a fiscalização, quanto à utilização da verba, será feita "de forma muito rigorosa, pela Fundação Mata Virgem".

ANEXO: 17 FONTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO / 04.05.90

Índio Fulni-ô critica Funai

AGUAS BELAS - Os índios da tribo Fulniô, reunidos em assembléia, discutiram a posição que deverão tomar em relação à manutenção ou não do superintendente-regional da Funai, Lauri Camargo. O relacionamento entre os dirigentes da entidade e líderes da tribo há vários meses "não é dos melhores", comentou, ontem, o cacique João Francisco dos Santos.

O pajé Julião Pereira Júnior e o substituto, Cláudio Pereira, respectivamente, afirmaram que a decisão foi pela substituição do superintendente- regional Lauri Camargo, bem como da chefe da Divisão Comunitária Roseanie Brito. "Ela tem feito declarações humilhantes ao nosso povo, como já havia criticado os companheiros da tribo Xucurus, de Pesqueira, sem ao menos respeitar nossos irmãos doentes ou a nossa gente".

Os índios João Francisco de Sá e Alexandre Pereira dos Santos informaram, ontem, que tanto Lauri Camargo, quanto Roseane, "não têm qualquer afinidade com as causas indígenas e estão mais preocupados com os interesses pessoais e de terceiros, principalmente com o aspecto político-partidário, como forma de se manterem no emprego". E confirmaram a afirmação feita pelo cacique Xucurus, Francisco de Assis - o "Chicão" -, de que os escritórios da Funai, no Recife, "são comitês eleitorais".

Os Fulniôs exigem da Funai a promoção de uma assembléia geral, com representantes de todas as tribos nordestinas, para a escolha de outro superintendente, desde que, com a participação direta dos índios. "Não somente do superintendente-regional, mas do presidente e dos administradores regionais".

Acervo ISA

ANEXO: 18 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 08.08.90

Eles avisam que não são bichos

Fulni-ôs, os três mil eleitores esquecidos

Os caciques políticos passam ao largo. Não querem saber de índios. Os cidadãos Fulni-ôs, de Águas Belas, só esperam ser iluminados na hora do voto!

ÁGUAS BELAS (Do enviado especial José Ambrósio) – Acostumados com a discriminação, que vem desde a chegada do branco ao Brasil, como observa o cacique João Francisco dos Santos Filho, os índios fulni-ôs, deste município do Agreste Meridional a 303 quilômetros do Recife, não estranham o descaso com que os candidatos majoritários os têm tratado, na atual campanha sucessória. Apesar de votarem como qualquer outro cidadão, os candidatos têm passado ao largo, o que deixa os fulni-ôs revoltados e sem definição com relação ao voto no dia 3 de outubro, para governador de Pernambuco.

Os fulni-ôs somam hoje uma população de aproximadamente cinco mil habitantes, e um total de 3.470 eleitores. Mesmo assim, nenhum candidato majoritário procurou o cacique para discutir os problemas da comunidade. "É um dever dos candidatos ao Governo visitar a comunidade, para ver o que a gente precisa", considera o cacique João Francisco, de 63 anos.

O cacique fulni-ô falou à reportagem do **Jornal do Commercio**, momentos depois do candidato ao Governo do Estado pela Frente das Oposições, Joaquim Francisco, ter passado a poucos metros de sua casa, em caminhada pelas ruas centrais e feira livre deste município, anteontem. É que a comunidade fulni-ô se localiza dentro da cidade de Águas Belas. Segundo o cacique, se fossem procurados pelos candidatos majoritários teriam muito o que discutir, embora tenha consciência de que são tutelados do Governo federal.

"O Governo do Estado poderia nos ajudar muito. Nós precisamos de ajuda para melhor desenvolvermos nossa agricultura, pecuária, além das moradias", destaca o cacique fulni-ô. A comunidade sobrevive basicamente da agricultura – que não atende a todos – e do artesanato. Suas casas são de alvenaria, mas a maioria se encontra em estado precário. As ruas não têm saneamento básico e a fome atinge muitos lares, como afirmam os índios Cícero Lúcio Cassimiro e Romildo Barbosa de Lima.

"Os candidatos acham que nós somos uma espécie de ponto morto. Infelizmente, grande parte dos brancos acha que nós não somos gente, vê a gente como se fosse bicho", protestou o cacique na frente de um neto mestiço, filho de uma filha dele com um branco. O cacique aproveitou para lembrar que existem fulni-ôs médicos, engenheiros, advogados e de outras categorias de profissionais liberais. Mas observou que nenhum deles exerce função de comando. Mesmo os que trabalham na Prefeitura local em funções de pouca relevância, conforme observa.

Apesar das queixas contra o descaso, o cacique, que insiste sempre que não gosta de política, deixa evidente sua boa vontade. "O que espero é que meu povo e os eleitores de um modo geral sejam iluminados na hora do voto, e escolham um bom governador", diz. Na última eleição para o Governo do Estado, em 86, o ex-governador Miguel Arraes foi o candidato que conquistou a maioria dos votos dos fulni-ôs, apesar de também não ter visitado a comunidade. Na eleição presidencial, porém, o mais votado foi o presidente Collor de Mello.

ANEXO: 19 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 23.10.90

Negado pedido dos cambiuás

Ibama proíbe rituais índios em Serra Negra

Os índios, que caçam animais para vender, poderiam desequilibrar o meio ambiente de uma de nossas poucas reservas biológicas

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama - deu parecer contrário ao pedido dos índios cambiuás de utilizarem a Reserva Biológica de Serra Negra, situada no município pernambucano de Floresta, para a prática de seus rituais. "Não é do conhecimento do Ibama que os índios tenham hábitos de ritual", comentou o chefe da reserva biológica, Francisco Araújo. Ele acrescenta que a decisão do órgão, por meio do Departamento de Ecossistema, em Brasília, sob a chefia de Áureo Faleiros, se baseou na verificação de que os índios praticam constantemente a caça a animais silvestres, para posteriormente comercializá-los na BR 110, que corta a reserva deles, situada entre os municípios de Ibimirim e Inajá, no Alto Sertão.

"Mesmo que nós quiséssemos não poderíamos modificar o objetivo da unidade de conservação. De acordo com a Constituição, qualquer decisão neste sentido teria que ter a provação do Congresso Nacional", ressalta Araújo. Como solução, o Ibama sugeriu que a estrada que corta a reserva dos cambiuás seja desviada para que eles possam se integrar ao seu meio ambiente, deixando de comercializar a caça, passando a se servir dela apenas para a sua sobrevivência. Segundo Araújo, esse trecho da BR 110 vem servindo de estímulo a essa prática. Autorizando-se a entrada dos índios na reserva de Serra Negra, a proteção ao ecossistema estaria em risco.

José Gonçalves

Araújo: Ibama tem de preservar

A comunidade dos cambiuá tem 11 mil hectares, onde vivem 1.100 índios. Já Serra Negra possui 1.100 hectares, onde vivem tatus - pebas e porcos-espinhos, entre outros animais silvestres. Ela se apresenta como uma verdadeira ilha de floresta tropical pluvial, em pleno domínio da caatinga, situando-se à margem da estrada que liga o Recife a Petrolândia, distante 10 quilômetros da rodovia Petrolândia-Arcoverde. Foi estabelecida como reserva pelo Decreto nº 28.348, de 7 de junho de 1950, e ampliada em 1982, pelo Decreto nº 87.591, do dia 20 de setembro.

Acervo ISA

ANEXO: 20 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 25.10.90

Os cambiuás de Serra Negra

Funai quer manter tradições indígenas

Um impasse: os índios querem entrar na reserva para praticar seus antigos rituais, mas o Ibama teme pôr em risco o meio ambiente

A Fundação Nacional do Índio – Funai – constestou ontem contra as declarações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis -Ibama- que afirmava, em matéria publicada na última terça-feira pelo **Jornal do Commercio**, desconhecer as práticas de rituais dos índios cambiuás, habitantes do Alto Sertão, pernambucano, situados entre os municípios de Ibimirim e Inajá. As declarações, na voz do chefe da Reserva Biológica de Serra Negra, Francisco Araújo, justificaram o parecer contrário do Ibama ao pedido dos índios de utilizarem a Reserva.

A Funai contesta esta afirmação verificando que faltou informação por parte do órgão ambiental. "Os cambiuás possuem vários rituais, mas já há um bom tempo não os pratica por falta de local adequado", rebate o chefe substituto da Divisão de Desenvolvimento Comunitário, Antônio Costa Macedo. Segundo ele, desde que foram retirados da área que se transformou em reserva, esses hábitos estão postos de lado. Mas, agora, a tribo vem se preocupando intensamente, porque apenas dois anciãos conhecem todos os rituais, e como já estão velhos querem repassá-los para os irmãos. "Eles temem morrer e levar a cultura junto", acrescenta Macedo.

O pedido de permissão para utilizar a reserva data de outubro de 1987. Em um documento enviado pelos índios ao extinto IBDF, hoje Ibama, os cambiuás se comprometem a preservar a mata e os seus animais nativos. Eles alegam que, para seus rituais, eles precisam apenas de três dias, sempre nos períodos de safra do umbu e de outras frutas. No mesmo documento, pedem ainda que o IBDF retire seus fiscais nestes períodos, pois eles assumem a fiscalização, já que a prática dos ritos é secreta. Em resposta, o IBDF alega que a Reserva Biológica não pode ser visitada por mais ninguém, além dos cientistas e pesquisadores, com devida autorização. E que, "embora não ofereça riscos visíveis à integridade da área, o pedido foge completamente aos usos compatíveis dela, razão pela qual sugerimos que seja estudada outra alternativa para a preservação da cultura do referido grupo indígena".

Essa questão, que vem se arrastando por dois anos, intervalo de tempo em que o IBDF passou a ser Ibama, só teve seu desfecho há pouco tempo, sem que nada tenha sido feito pelos índios. O estudo de outra área destinada a permitir a continuidade da cultura cambiuá não aconteceu. Esse fato levará a Funai a sugerir ao Ibama que dialogue com os índios, no sentido de esclarecer-lhes o porquê da não concessão do pedido. Por outro lado, nem mesmo a Funai soube explicar que tipo de rituais são esses. E é aí que está a preocupação do Ibama, pois o órgão teme que os índios queiram entrar em Serra Negra para caçar, hábito que os tem tornado bastante comerciais, segundo declarações de Francisco Araújo. "É comum ver os índios vendendo tatus e outros animais na BR-110, que corta a reserva. Queremos que a estrada deixe de cortar a terra deles, para que possam se reintegrar ao meio ambiente, utilizando a caça para o próprio sustento", diz.

Mas, segundo a Funai, a área da comunidade indígena não oferece a menor condição para que os cambiuás possam sobreviver, com seus hábitos tradicionais. "Eles vivem em um local de cerrado e muita areia. Não dá para plantar. Poucos conseguem manter uma pequena lavoura. A fome e a miséria é muito grande entre eles", admite Antônio Macedo.

ISA

ANEXO: 21 FONTE: PORANTIM / JAN/FEV/91

Polícia tortura índio com a conivência da Funai

O índio Kambiwá Genildo Francisco de Assis (foto) foi barbaramente torturado na Delegacia de Roubos e Furtos de São Luís do Maranhão durante os dias (11 a 14 de janeiro) em que lá ficou detido. A denúncia foi feita pelo Cimi/Maranhão à Procuradoria Geral da República.

Tudo começou quando Genildo viajou para a capital do Maranhão trazendo a índia Elisa Cabral Guajajara, portadora de tuberculose, para interná-la no Hospital Presidente Vargas. Constatando a precariedade do hospital, Genildo procurou o administrador regional da Funai, Emival Ribeiro, para reclamar providências, inclusive alimentação básica para os índios ali internados. Em companhia de Emival, o índio foi até um supermercado fazer algumas compras. O administrador recusou-se a pagar as mercadorias, o que resultou na prisão de Genildo na delegacia de furtos, onde ele foi espancado. Quatro dias depois, Emival Ribeiro retirou Genildo da delegacia e o internou numa clínica psiquiátrica. Embora seja mentalmente são, Genildo ficou lá outros quatro dias.

Genildo Kambiwá, vítima de um funcionário da Funai que gosta da prática de tortura física e mental

ISA

ANEXO: 22 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 17.02.91

ESTOPIM

Índios de Cabrobó e Inajá vivem na pior, ignorados pela Funai

É de completo abandono o estado dos índios Truká, do município de Cabrobó e dos Kambiwá, espalhados na divisa de Ibimirim com Inajá, conforme apurou uma equipe do Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (Ibasp). Após quatro dias de permanência nas comunidades, a equipe concluiu que é quase nula a assistência da Funai (Fundação Nacional do Índio), que os índios vivem em pobreza absoluta e que os conflitos de terra com os brancos tendem a se agravar, se não houver a imediata demarcação das áreas indígenas.

O secretário-geral do Ibasp, Miguel Anacleto, que esteve nas duas aldeias, explicou que a intenção da equipe é percorrer as outras cinco comunidades indígenas de Pernambuco para, no final, elaborar um dossiê contendo dados culturais dos índios, ameaças sofridas por posseiros e ações da Funai. O dossiê, que o Ibasp pretende divulgar até o final do próximo mês, será enviado a entidades representativas da sociedade civil no Brasil e exterior.

No contato com os Truká — 909 índios, segundo a Funai — ocupando 1650 hectares de terras da Ilha de Assunção — e em conversas com o cacique Joaquim Pereira da Silva, a equipe do Ibasp ficou sabendo que aos índios são enviados remédios com o prazo de validade vencido e que sementes destinadas ao plantio de lavoura apodreceram num posto da Funai, sem que fossem enviadas à aldeia.

Os conflitos de terra deixaram, há três meses, um saldo trágico: a morte do índio Antônio Gilvan Cruz, 22 anos, tirado de sua casa por desconhecidos e barbaramente torturado antes de ser assassinado. Segundo o cacique Joaquim, Gilvan foi trucidado porque atribuíram a ele a responsabilidade pela destruição de uma cancela levantada por um fazendeiro numa via de acesso público.

Na comunidade Kambiwá — eles somam 1255, espalhados em 15.974 hectares de área demarcada, e para a qual os índios pleiteiam nova demarcação — a equipe foi informada pelo cacique Pedro Joaquim da Silva de que a falta d'água é um dos dramas da aldeia. O acesso à comunidade é feito por uma estrada de terra batida (de automóvel, o percurso é feito em uma hora) e a água para consumo dos índios é retirada de um único poço.

O carro que prestava assistência aos Kambiwá foi recambiado pela Funai, que sugeriu aos índios arranjarem 380 mil cruzeiros para tê-lo de volta. Por sua vez, a bomba elétrica para puxar água deixará de funcionar porque a mesma Funai comunicou que a energia elétrica será cortada.

Funai

Na 3ª Superintendência Regional da Funai (3ª Suer) não havia, na tarde de ontem, pessoas indicadas para comentar as denúncias do Ibasp. O superintendente Lauri Camargo encontra-se em Brasília, na sede do órgão, e só retorna ao Recife na próxima semana.

ANEXO: 23 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 21.02.91

Funai acha que críticas são levianas

Levianas e infundadas foi como o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Lauri Camargo, classificou as críticas desferidas ao órgão pelo Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade entre os Povos (Ibasp). Através de nota, ele rebate a acusação de a Funai assistir precariamente os índios Truká, de Cabrobó, e Kambiwá, de Ibimirim e Inajá e define as denúncias de "falsas e direcionadas para a desmoralização do órgão tutor dos índios brasileiros".

Em sua nota, Lauri Camargo, primeiramente, adverte o Ibasp que visitas (uma equipe do Instituto passou quatro dias nas duas comunidades levantando a situação delas) às áreas indígenas pernambucanas são permitidas somente com aviso prévio à Superintendência. Em seguida, relata os benefícios proporcionados pela Funai aos Kambiwá: distribuição de filtros cerâmicos a todas as famílias, construção de privadas higiênicas e instalação de energia elétrica.

Quanto à denúncia de que sugeriu-se aos Kambiwá que arranjassem Cr$ 380 mil para recambiar um automóvel que servia à comunidade, o superintendente esclarece que o carro, pertencente à Secretaria de Saúde do Estado, foi cedido ao órgão a título de empréstimo e deverá ser devolvido no próximo mês. Caso haja entendimento entre Funai e Secretaria de Saúde, de acordo com ele, o empréstimo será renovado.

As denúncias de envio de medicamentos vencidos para as comunidades indígenas e o apodrecimento de sementes por falta de distribuição também foram rebatidas. "Quase como um ritual indígena, nossos funcionários queimam os remédios que ultrapassam os prazos", diz Lauri Camargo, acrescentando que os postos da Funai guardam as sementes até a época da safra para evitar desperdícios.

Por fim, o superintendente explica que entre as obrigações corriqueiras do órgão está a orientação aos índios de plantar e nunca comer as sementes por mais cômodo e tranqüilo que possa parecer. "Este era um problema rotineiro que a Funai acabou. Quase tão rotineiro quanto o de rebater críticas neste trabalho árduo de administrar destinos", conclui.

Acervo ISA

ANEXO: 24 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 26.03.91

Na aldeia Kambiwá

Falta de carro provoca morte de duas índias

O Instituto Brasileiro de Solidariedade ao Povos denunciou o fato, ocorrido na divisa de Ibimirim

O Instituto Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Ibasp) denunciou ontem que por falta de condução na aldeia Kambiwá, na divisa dos municípios de Ibimirim e Inajá, morreram duas índias que estavam doentes. Mês passado, o secretário geral da entidade, Miguel Anacleto, disse, em entrevista à Imprensa, que fora retirado da comunidade, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o único carro que prestava assistência aos 1100 índios.

Uma equipe do Ibasp vem visitando aldeias de Pernambuco (já foram procuradas as comunidades Fulni-ô, Kapinawá, Kambiwá e Truká) para, no final, elaborar um dossiê contendo dados culturais dos índios, que o Ibasp pretende divulgar e enviar a entidades civis do Brasil e do Exterior. Faltam ser contatados os Atikum, em Floresta, Pankararu, em Tacaratu, e Xucuru, em Pesqueira.

Nos últimos dias foram visitadas as aldeias Fulni-ô em Águas Belas, onde a equipe do Ibasp não constatou maiores problemas entre os três mil índios, e Kapinawá, em Buíque. "Na última, formada por cerca de 350 índios, o clima é de tensão por conta da presença de fazendeiros nas terras indígenas", advertiu Miguel Anacleto.

Segundo ele, desde 1982 que os índios são impedidos pelo fazendeiro Zuza Tavares de fazerem feira no lugarejo conhecido por Catimbau. Há nove anos, no local, houve confronto entre os índios e pistoleiros e o resultado foi vários índios feridos, um foragido e outro detido e um pistoleiro morto. A partir de então, o fazendeiro proibiu a entrada dos Kapinawá em Catimbau, que não se conformam por ser o lugarejo mais próximo da aldeia do que a sede de Buíque. Além do fazendeiro Zuza Tavares, mais três vivem em conflito com os índios por causa de terras.

FUNAI

O superintendente regional da Funai, Dinarte Madeiro, que tomou posse no começo do mês, desconhecia a morte das duas índias Kambiwá, mas garantiu que irá apurar a denúncia do Ibasp. Segundo ele, em contato recente com índios da comunidade e com o representante da Funai na região não foi informado sobre o assunto. Quanto ao automóvel que servia à comunidade indígena, Dinarte Madeiro assegurou que o carro será devolvido logo que for consertado.

Por ter assumido há pouco tempo a 3ª Suer (abrange sete estados, 45 mil índios e 158 aldeias), ele explicou que não está totalmente inteirado da situação das comunidades indígenas. Reconheceu que os índios em Pernambuco enfrentam problemas com posseiros e fazendeiros, mas revelou que desconhece a proibição imposta por um fazendeiro aos Kapinawá.

ANEXO: 25 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 31.05.88

Três índios são condenados em Buíque

No momento em que centenas de lideranças indígenas de todo o País se encontram em Brasília, pressionando os constituintes no sentido de melhorarem o capítulo VIII do projeto Constitucional, relativo aos índios, a condenação de três Kapinawá pela morte de dois pistoleiros, em Buíque, aumentou a tensão naquele município, onde é grande o conflito pela posse da terra. Entre os condenados está o cacique Antônio José Monteiro. Os outros dois são Lourival José Mariano e Lindalvo Bernardino da Silva.

Os índios estão sendo responsabilizados pelo assassinato dos pistoleiros Luís José Siqueira e Josué Albuquerque Cavalcante, mortos no dia 7 de fevereiro de 1982 no povoado de Catimbal, em Buíque, Agreste Meridional, durante um choque armado entre um bando de pistoleiros e um grupo de 11 índios Kapinawá, na feira livre local.

Os pistoleiros foram acusados pelos índios de estarem a serviço do fazendeiro Zuza Tavares, que os teria proibido de entrar na feira livre daquele povoado, próximo à comunidade indígena Kapinawá e onde compravam e comercializavam o excedente de sua cultura de subsistência. De acordo com a advogada do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — Regional Nordeste, Rosane Freire Lacerda, o fazendeiro Zuza Tavares é um antigo invasor de terras indígenas, tendo se apoderado de 500 hectares dos Kapinawá desde 1970 e promovido várias agressões àquele povo.

Ainda de acordo com a advogada, os Kapinawá há mais de oito anos vinham pedindo providências às autoridades e à Fundação Nacional do Índio — Funai — para que a terra fosse demarcada, o que para eles poderia impedir a ocorrência de um conflito mais grave, que acabou acontecendo. Três dias depois do enfrentamento, a Funai esteve na comunidade indígena acompanhada da Polícia Federal e prendeu oito dos 11 índios que se envolveram com os pistoleiros. Segundo Rosane Freire a prisão foi ilegal porque não havia mandado judicial. Só quatro dias depois é que a prisão preventiva foi decretada pelo delegado de Polícia local. Meses depois foram liberados em atendimento a pedido de revogação da prisão preventiva pela Comissão de Direitos Humanos da Diocese de Garanhuns.

CONDENAÇÃO

A condenação dos três índios Kapinawá foi decidida por um júri popular da Comarca de Buíque, no último dia 25. Sete jurados votaram. Quatro pediram a condenação enquanto três queriam a absolvição. O cacique Antônio José Monteiro foi condenado a 21 anos de prisão. Lourival José Mariano a 19 e Lindalvo Bernardino da Silva a 16 anos. Eles irão cumprir pena no Presídio Barreto Campelo.

A advogada do Cimi Regional Nordeste diz que o processo que condenou os Kapinawá foi conduzido de forma irregular. Afirma que o juiz da Comarca não levou em consideração o artigo 56, parágrafo único, do Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, que diz que «o juiz deve considerar o grau de integração do índio e atenuar a pena e que essa pena seja cumprida em regime de semiliberdade, em local de funcionamento do órgão da Funai mais próximo da comunidade». Também não foi considerado, conforme destacou Rosane Freire, o conflito pela posse da terra na área. «O juiz tratou a questão como se fosse crime comum», protestou.

Outra irregularidade apontada por Rosane Freire foi a participação no júri popular, de uma filha do fazendeiro Zuza Tavares, que não soube identificar, e de um outro que é parente de um dos pistoleiros mortos.

A Funai apelou da sentença e espera que pelo menos os índios Antônio José Monteiro e Lourival José Mariano, que são primários, possam aguardar o julgamento da apelação em liberdade. O Cimi teme pela segurança dos Kapinawá na cadeia pública de Buíque, onde eles estão em cela comum, junto com outros presos e onde é grande a hostilidade por parte da população àquele povo.

Acervo ISA

ANEXO: 26 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 04.06.88

Funai está acomodada na condenação dos kapinawás

— Não corresponde à verdade, o anunciado pela Funai sobre a possibilidade de libertação imediata dos índios Kapinawá, Antônio José Monteiro (cacique) e Lourival José Mariano, condenados na semana passada, em Buíque, pela morte de dois pistoleiros. A reação é do integrante do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — Regional Nordeste, Edson Silva. Segundo ele, a Funai não está preocupada com as condenações e não vem atuando no caso como deveria, já que é o órgão tutor responsável pelo povo indígena.

Edson destacou que a participação dos advogados da Funai no julgamento que resultou na condenação dos três Kapinawá, no último dia 25 de maio, foi muito acanhada. Explicou que não foi explorada a tese de que os crimes foram praticados em função da forte tensão social existente e que é resultado do intenso conflito pela posse da terra naquele município, que fica a 300 quilômetros do Recife, no Sertão do Moxotó, conforme enfatizou.

Dos pouco mais de 12.200 hectares pertencentes aos Kapinawá, pelo menos metade está nas mãos de 104 posseiros, entre eles grandes fazendeiros como Zuza Tavares, que os índios acusam de ter sido o responsável pelo confronto armado entre eles e um bando de pistoleiros. O enfrentamento aconteceu no dia 7 de fevereiro de 1982, no povoado de Catimbal, em Buíque, quando morreram os pistoleiros Josué Albuquerque Cavalcante e Luís José Siqueira. «Mesmo assim, a Funai sequer admite a existência de conflito pela posse da terra em Buíque. Diz que a situação é de tranqüilidade e que os assassinos verificados são crimes comuns, protestou o representante do Cimi.

O Cimi também protesta quando a Funai diz que o processo de regularização das terras dos Kapinawá está avançado. De acordo com a advogada do Cimi, Rosane Freire Lacerda, o processo ainda está na primeira fase, a da identificação, faltando ainda, portanto, a delimitação, demarcação e a regularização. A versão apresentada pela Funai é bem diferente. Segundo o superintendente regional, Lucas Cardoso, o processo já atingiu a terceira fase e, caso a avaliação final do Grupo de Trabalho criado pelo decreto presidencial 94.945/87 seja favorável, dentro de 45 dias ele será encaminhado ao Palácio do Planalto para que o presidente José Sarney decrete a homologação e ocupação. O Grupo de Trabalho é formado por representantes do Ministério do Interior, Funai, Conselho de Segurança Nacional e Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

JULGAMENTO

No próximo dia 14 haverá novo julgamento de índio. Será a vez de Francisco Carlos da Silva, da comunidade Xucuru, em Pesqueira. Ele está sendo acusado de ter matado o ladrão João José de Souza, fugitivo da cadeia pública daquele município. O crime aconteceu no dia 15 de dezembro de 1980. Há 17 dias, o também Xucuru Agostinho Feliciano da Silva foi absolvido da acusação que o apontava como autor do assassinato de seu companheiro Deoclato Feliciano da Silva, segundo o advogado da Funai, Moacy Ribeiro de Lyra Filho.

Acervo ISA

Condenação de índios provoca revolta

A condenação dos índios Lourival José Mariano, Lindalvo Bernardino da Silva e do cacique Antônio José Monteiro, em Buique (PE), pelo assassinato dos pistoleiros Luís José Siqueira e Josué Albuquerque Cavalcante, gerou um clima de revolta na tribo Kapinawa. Os índios brigam contra a grilagem e acusam o fazendeiro Zuza Tavares de invadir as suas terras.

Os pistoleiros foram acusados pelos índios de estarem a serviço do fazendeiro Zuza Tavares, que os teria proibido de entrar na feira livre daquele povoado, próximo à comunidade indígena Kapinawa e onde compravam e comercializavam o excedente de sua cultura de subsistência. De acordo com a advogada do Conselho Indigenista Missionário - Regional Nordeste, Rosane Freire Lacerda, o fazendeiro Zuza Tavares é um antigo invasor de terras indígenas, tendo se apoderado de 500 hectares dos Kapinawa desde 1970 e promovido várias agressões àquele povo.

A condenação dos três índios Kapinawa foi decidida por um júri popular da comarca de Buique, no dia 25 de maio. Sete jurados votaram. Quatro pediram a condenação, enquanto três queriam a absolvição. O cacique Antônio José Monteiro foi condenado a 21 anos de prisão e Lourival José da Silva a 16 anos.

Acervo ISA

ANEXO: 28 FONTE: PORANTIM / SETEMBRO/88

Kapinawá, aflição em Pernambuco

As chuvas ocorridas no final de julho, em Pernambuco, derrubaram dez casas na aldeia Kapinawá do município de Bulque, deixando desabrigadas cerca de 60 pessoas, entre adultos e crianças.

O chefe de posto local da Funai, procurado pela comunidade, disse não ter recursos para esse tipo de socorro. As famílias desabrigadas estão dependendo da boa vontade de parentes e amigos, para morar e comer. O quadro fica ainda pior quando se observa a situação de saúde, educação, moradia e alimentação das 330 famílias Kapinawá. As terras produtivas desse povo estão em mãos de grandes fazendeiros.

ANEXO:29

CARTA ABERTA DOS ÍNDIOS KAPINAWÁ E XUKURU

ÀS AUTORIDADES COMPETENTES E AO POVO EM GERAL

Nós, lideranças Kapinawá e Xukuru dos municípios pernambucanos de Buíque e Pesqueira, viemos por meio desta registrar para as autoridades e para o público em geral os motivos de nossa vinda a esta cidade, que são os graves problemas que estão passando as nossas comunidades.

Primeiramente, a respeito das terras, nenhuma das duas áreas foi ainda demarcada. A área Kapinawá, desde 1984 que a FUNAI promete demarcá-la, e sobre a área Xukuru faz 04 (quatro) meses que os documentos para fazer a demarcação estão parados na FUNAI de Recife, ao invés de serem mandados para a Presidência em Brasília. Por causa disso, muitos problemas acontecem;

Este ano, nós Xucuru, ficaremos sem terras para plantar, porque elas estão nas mãos dos fazendeiros. Estes disseram que quem for índio não bota mais roçado na terra "deles", nem pagando o arrendamento. Mas estas terras são do nosso povo XUKURU e estão dentro da delimitação que a FUNAI fez. Então os fazendeiros querem condenar o nosso povo a passar fome, dentro das nossas próprias terras. E nas terras dos KAPINAWÁ, que a FUNAI também delimitou, o fazendeiro João Bateista Vaz botou ação na justiça da Comarca de Buíque, para tomar nossas terras.

Outra dor para nós é o desmatamento que os fazendeiros estão fazendo na nossa área XUKURU, desde que souberam que ela ía ser demarcada. Na fazenda do Dr. Deti (André de Brito) ele botou moto-serra que destruíu quase toda uma mata que servia de sustento para nós índios até poucos meses atrás; continuando assim, o que sobrará para o nosso povo quando a área for demarcada?

Também as terras da beira da barragem de Pão de Açúcar, que é dentro da área indígena XUKURU delimitada, não estão nas mãos de nós índios, mas nas dos brancos, assim como também as terras do local "Pedra D'água", que depois de terem sido tomadas dos índios pelo Ministério da Agricultura, hoje estão na posse de agricultores brancos que vem da Paraíba.

Outro poblema, na nossa área KAPINAWÁ é o Chefe de Posto da FUNAI chamado Pedro Balbino, pelo seu comportamento prejudicial para nossa comunidade KAPINAWÁ: está sempre bêbado e costuma se ausentar do Posto por mais de 10 dias no período de trabalho; tem ótimo relacionamento com os grileiros das terras indígenas; trouxe para a área um irmão seu com vícios de drogas; não cumpre com os deveres de transportar os doentes para o hospital, usando o carro da comunidade para coisas particulares suas, e levou a Polícia Federal em maio para dentro da aldeia e deram tiros num índio, levaram embora algumas armas de caça dos índios. Enquanto isso, o Juiz de Buíque, que defende os grileiros da família Vaz, disse que vai encher a cadeia de índios.

No mês de dezembro, a Polícia Ci

ANEXO: 29

vil também foi chamada dentro da área, para resolver um problema que o próprio Chefe do Posto poderia ter resolvido, e não fez.

Por tudo isso, queremos as seguintes providências das autoridades competentes:

1- Demarcação uegente das nossas áreas, como manda a Constituição Federal;

2- Respeito ao nosso direito de usufruto exclusivo às riquesas' de nossas área indígenas:

a) impedindo o desmatamento;
b) garantindo a nóis botar o roçado;
c) removendo da área os brancos da barragem de Pão de Açúcar e de "Pedra D'água",
também como manda a Constituição do Brasil.

3- Que a FUNAI retire o funcionário Pedro Balbino do cargo de ' Chefe de Posto da Área KAPINAWÁ.

4- que a FUNAI e a Procuradoria da República em Pernambuco transfiram o processo do fazendeiro João Vaz das mãos do Juiz de Buíque para a justiça Federal, como a Constituição Federal também manda fazer.

Recife, 06 de dezembro de 1989.

Assinam, as lideranças XUKURU e KAPINAWÁ:

Benvinda Salustiano Silva

Mª Cilena Salustiano Caetano

Antonio Vieira Dionysio

Severo da Hora

José Galio Jo Novo

João Soares Monteiro Cacique KAPINAWÁ

Francisco de Assis Araújo Cacique Xukuru

ANEXO: 30 FONTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO / 02.03.88

Soldado da PM atira e fere integrante da Tribo Pankararu

Os indígenas Paulo Celso de Oliveira, Alceu Rodrigues Rosa e Cosmo de Oliveira Neto, da tribo Pankararu, situada num distrito do Município de Petrolândia, denunciaram, ontem, na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco, a imprudência de uma guarnição da Polícia Militar, comandada por um tenente, cujo nome não souberam informar, que no domingo de carnaval alvejou pelas costas, naquela cidade, o "parente" Francisco Luís de Souza, 27 anos, daquela mesma tribo.

Eles afirmaram que tudo começou quando o índio Francisco tentou vender um revólver calibre 38 para um elemento, cujo nome eles não souberam informar. Depois da negociação - explica Paulo Celso -, o rapaz resolveu não mais querer comprar a arma. A transação foi desfeita e Francisco seguiu para o centro de Petrolândia.

"Só que o tal elemento denunciou o fato à Polícia, afirmando que um índio estava andando armado e que poderia matar alguém. O tenente então cercou nosso "parente" Francisco no centro de Petrolândia e exigiu a arma; não houve agressão nem tampouco reação por parte da vítima em não entregá-la, mas os militares, depois que a arma foi entregue e que Francisco havia se distanciado, efetuaram vários disparos acertando-o na perna", disse Cosmo.

Os amigos do índio Francisco também afirmaram na OAB que desde o dia em que ele foi baleado encontra-se detido na Delegacia de Petrolândia, ainda com a bala, recebendo apenas curativos, porque o delegado alega não ter condições de soltá-lo, pois o caso ficou à disposição da Comarca local. Por outro lado, os indígenas alegaram ainda que a Polícia Militar tinha obrigação, conforme lei, de comunicar o fato à Funai, o que não foi feito.

Enquanto isto, Paulo Marcelo Raposo, presidente da OAB, depois de ter ouvido a denúncia dos indígenas, encaminhou um telex à Funai comunicando o fato, bem como ao Comando da Polícia Militar, protestando a forma como os militares atuam no Interior do Estado e pedindo providências para que os envolvidos sejam punidos.

Acervo ISA

ANEXO: 31 FONTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO / 19.08.89

Pankararus em pé de guerra. Exército pode intervir

A 3ª Superintendência Regional da Funai vai recorrer às forças do Exército para tentar acabar com o conflito entre os indígenas Pankararus, das aldeias do município de Tacaratu, alto sertão pernambucano, e posseiros que ocupam, ilegalmente, terras da reserva indígena. A decisão foi anunciada ontem, depois que lideranças dos Pankararus e integrantes da União das Nações Indígenas-UNI/Nordeste, "invadiram" a sede da 3ª Suer solicitando providências.

No encontro com o chefe da Divisão Fundiária da instituição, Reynaldo Agra, eles denunciaram o "clima de medo e tensão vivido pela comunidade", e apelaram para que confrontos físicos sejam evitados, como ocorreu em 1987, quando um índio foi assassinado. O dirigente garantiu a interferência da Funai e, inclusive, ratificou as denúncias, lembrando que uma equipe de técnicos da instituição tentou realizar nova demarcação da área e foi impedida pelos posseiros.

"Eles escamotearem informações mínimas, daí a necessidade da presença do Exército", explicou ele. O levantamento fundiário está previsto para o início de setembro. Apurados os resultados, a instituição entregará relatório ao Incra que decidirá pela indenização ou não das terras devolvidas aos Pankararus.

POLITICOS

Os posseiros, em torno de dois mil (400 famílias, em média), "estão acobertados pelos políticos locais e dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia. O prefeito de Petrolândia, José Dantas, e o presidente do Sindicato são posseiros", denuncia Paulo Celso Oliveira, pankararu e integrante da UNI/NE. "O advogado do Sindicato (não lembra o nome) afirmou que lugar de índio é no alto das serras", acrescentou o pajé, Miguel Monteiro dos Santos.

A área reservada aos Pankararus tem cerca de 8 mil hectares e foi demarcada em 1947, pelo Serviço de Proteção ao Índio-SPI. Em 1987, o presidente José Sarney homologou a decisão através da Funai, dando posse de vez aos indígenas. "Acontece, porém, que os posseiros não aceitaram e reagiram, o que resultou na morte violenta de um de nossos irmãos", disse Paulo Celso.

Ele afirmou também, que a construção da barragem de Itaparica foi um dos motivos para desenvolvimento do conflito. "Aqueles que tinham terras indenizadas pela Chesf recebiam o dinheiro e ocupavam nossa reserva. Até trabalhadores das barragens, os chamados 'peão', invadiram as terras". Ao todo 3 mil e 700, os índios afirmam que os posseiros alegam até "a lei do Usucapião para ficar em nossas terras. O que queremos é que eles sejam indenizados e, se for o caso, retirados do local".

POVO INDÍGENA PANKARARU.

ANEXO:32

HISTÓRICO:

Os índios Pankararu, ocupavam toda região do sub-médio São Francisco, principalmente as margens dos rios e as ilhas. Com a chegada dos colonizadores suas terras foram paulatinamente tomadas. Em meados do século XVII foram aldeados numa pequena área do seu antigo território por padres da congregação de São Felipe Nery, local hoje denominado Brejo-dos-Padres em alusão aos ditos missionários.

Em 1879 houve a primeira demarcação das terras Pankararu durante o segundo império, D. PedroII doou 14.294 ha. aos índios Pankararu em reconhecimento de sua bravura no grande conflito da guerra do Paraguai, na qual lutaram heróicamente em defesa da pátria brasileira. Portanto em 1879 foi feita a primeira demarcação das terras que os Pankararu ocupam desde os tempos imemoriais. Em 1940, durante o governo Getúlio Vargas foi feita a segunda demarcação, reduzindo a área de 14.294 ha. para 8.100 ha. atendendo já reivindicação dos posseiros-invasores, que a partir daquela época começavam a ocupar ilegalmente terras dos índios Pankararu. Portanto a demarcação de 1940 visou reduzir a área de 14.294 ha. para 8.100 ha.,conforme documentação legal. Essa redução da área ocorreu sem levar em consideração os interesses da comunidade indígena, essa redução foi extremamente danosa para o povo Pankararu que se encontra em plena espansão demográfica, além do mais trata-se do povo indígena com maior população dentre as sete nações indígenas situadas no hoje Estado de Pernambuco, com uma média de quase cinco mil almas. Porém não satisfeitos com as terras tomadas dos índios Pankararu, os posseiros-invasores já conseguiram tomar quase a metade dos 8.100 ha. inclusive as melhores terras agricultáveis da reserva índia, e ainda não satisfeitos, estão em plena atividade político-sindical para conseguir desviar a atenção pública e tomar o resto das terras Pankararu.

Em 15 de julho de 1987 o presidente José Sarney faz publicar no diário oficial da união o decreto número 94.603 de 14 de julho de 1987, homologando para efeito de demarcação os 8.100 ha., porém os posseiros-invasores reagiram e houve até morte de índio, configurando com isso o conflito.

Os índios Pankararu fizeram acordo com a FUNAI abrindo mão dos 14.294 ha., devido a invasão sistemática dos posseiros-invasores, aceitando os 8.100 ha. desde que esses 8.100 ha. sejam totalmente desintrusadas de ocupantes não índios, coisa que a FUNAI ainda não conseguiu, isto é, retirar de vez todos os posseiros-invasores que ocupam ilegalmente suas terras e que tantos transtornos tem trazido para a nação Pankararu. O orgão tutor tem demonstrado completo desprezo com relação ao povo Pankararu, já que nada de concreto foi feito depois que o presidente da república assinou o decreto de homologação das terras Pankararu. A FUNAI tem feito pouco caso uma vez que

possui dispositivos legais de ordem jurídica, como: a constituição federal e o estatuto do índio (Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973), porém desde a data da homologação, 14 de julho de 1987 até o presente momento nada tem sido feito no sentido de devolver as terras Pankararu a seus legítimos donos, a FUNAI em vez de aplicar a lei, vem sempre procurando ouvir políticos aliados aos posseiros-invasores, como o prefeito de Petrolândia, Sr. José Dantas de Lima, que também é posseiro-invasor, em resumo a FUNAI tenta defender interesses alheios a comunidade indígena.

Políticos inescrupulosos numa ação conjunta com o sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia, que por sua vez conta com o apoio do polo sindical do sub-médio São Francisco, CUT-PE. e FETAPE, estão tentando enganar a opinião pública, ora negando a identidade étnica do povo Pankararu, ora tentando demonstrar que existe um problema social devido a presença de pequenos agricultures na área Pankararu, porém escondem a presença de latifundiários que ocupam ilegalmente a área indígena, como: o próprio prefeito de Petrolândia, o Sr. Vicente da Costa Coelho (presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia), Sr. Eraldo José de Souza (diretor do mesmo sindicato), e outros grandes latifundiários que ocupam ilegalmente a área indígena. Como vemos o presidente e o diretor do sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia possuem extensas áreas de terras dentro da reserva indígena Pankararu, pontanto eles estão "legislando" em causa própria, pois usam o sindicato dos trabalhadores rurais como escudo em defesa de sua própria causa e usando os pequenos agricultores como testas de ferro nos enfrentamentos com os indígenas, numa manipulação dantesca.

Os posseiros-invasores na ânsia de tomar as terras Pankararu já apelaram para todos os meios, como; métodos de intimidação e até descabidamente ações de usucapião em terras indígenas. A comunidade Pankararu tinha o mais profundo respeito pela CUT-PE, FETAPE e POLO SINDICAL, principalmente por sua história de lutas em pról dos menos favorecidos, pensávamos que fossem instituições idôneas. Porém com relação aos índios Pankararu por se tratar de uma minoria, desprotegida, sem nenhuma organização política, sem entidade que interceda por eles, sem fortes lideranças, a mercê de interesses políticos do prefeito de Petrolândia, trava uma luta inglória contra a pobre nação Pankararu, tentando tirar-lhes o que há de mais sagrado em seu sentido de vida, que são as suas terras, todos nós sabemos que a sobrevivência dos povos indígenas está ligada a questão da terra. A reserva Pankararu, por se tratar de uma área de grande fertilidade com várias nascentes d'água e apropriada para a prática da agricultura, tem despertado a cobiça e o interesse de fazendeiros da região, associado a isso a facilidade com que se invade as áreas de reservas indígenas no Brasil, pois o orgão tutor é completamente omisso a esse respeito.

ANEXO: 32

Caso a questão Pankararu não for resolvida , todos os implicados neste caso serão co-responsáveis pela extinção de mais uma nação indígena no Brasil e a história se encarregará de julgar, pois a sobrevivência dos povos indígenas diz respeito a integridade moral da nação brasileira.

Em resumo o que o povo Pankararu deseja nada mais é do que a aplicação da lei, ou seja a demarcação dos 8.100 ha. conforme o combinado com a FUNAI e a consequente retirada de todos os posseiros- invasores que ilegalmente ocupam a área indígena Pankararu, para que a nação Pankararu possa viver em paz com suas atividades agrícolas e suas tradições milenares.

LIDERANÇAS PANKARARU:

David Monteiro Neto Caciqui
miguel monteiro dos Santos Pajé
João Gomes da Cruz
José João dSantos
Abilio Pedro dos santos
Antônio Francisco do Nascimento
José João dos Santos
Manuel Joze da Cruz
Denesio antonio dos Santos
Cícero Barros Vasquilva
Maria Jose dos Santos
Julio Cicero Izidoro
Fernando Marcelino Mota
Abilio Barro da silva
Herculano Pedro Santos

ANEXO: 32

Servidor da Funai seduz garota índia

BRASÍLIA – R.S.T., 15 anos, índia pankararu, está com quatro meses de gravidez, e responsabiliza Otávio Campelo de Oliveira, 50 anos presumíveis, casado, pai de duas filhas e chefe administrativo da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Paulo Afonso, Bahia. No final de agosto, Otávio levou R.S.T. para o Recife (PE), onde mora, prometendo à mãe da menina, Maria Lúcia Santos Torres, que a empregaria como babá de suas filhas. No entanto, Otávio acomodou R.S.T. num pequeno apartamento, vazio, e iniciou o processo de sedução, garantindo à menina que sua mãe "a entregara para ser dele". Assustada, numa cidade que não conhecia, R. acabou cedendo.

Ontem, após prestar depoimento ao delegado de Paulo Afonso, Manuel Santana, R. relatou os meses de convivência forçada com o funcionário da Funai. Manteve relações sexuais com Otávio por mais de três meses, não entendendo até hoje o significado do ato. "Ele vinha para cima de mim, dizendo que havia abandonado a mulher, que queria trazer as filhas para eu cuidar..." Enquanto isso, em outro apartamento no Recife, a mulher e as filhas de Otávio prosseguiam em sua rotina, sem nada saber.

No primeiro mês, o funcionário da Funai exibia para R. filmes pornográficos num videocassete. "Ele queria imitar os filmes", contou a menina, garantindo que sempre recusou. "Ele ficava com muita raiva, mas nunca me bateu", disse. As ameaças só se tornavam mais sérias quando Otávio temia que R. o denunciasse à Funai. "Eu te prendo", avisava. "Eu queria ir embora, mas tinha medo de andar naquela cidade enorme", desabafou R. ontem.

ANEXO: 34 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO /25.01.91

Índios ameaçam provocar blecaute no Interior

A região que envolve os municípios de Tacáratu e Ibimirim até Floresta dos Navios está sob ameaça de entrar em blecaute qualquer instante e por tempo indeterminado. É que os índios da área Pankararu, localizada próximo à Petrolândia - a 480 km de Recife - estão dispostos a derrubar os postes que conduzem energia às imediações, em represália ao corte no fornecimento de eletricidade à aldeia, promovido ontem, pela Celpe.

De acordo com relatos vindos da área, a interrupção na corrente elétrica ocorreu em conseqüência da falta de pagamento, mas sem nenhum tipo de aviso prévio, comum nessas situações. Isso teria provocado revolta na aldeia - formada por cinco mil índios - e originado a idéia da derrubada dos postes.

Segundo Antônio Macedo, chefe da Divisão de Desenvolvimento Comunitário da Funai em Paulo Afonso - que presta assistência à aldeia Pankararu - os índios não efetuavam pagamento à Celpe por causa de uma espécie de acordo tácito que existia entre a Companhia e a aldeia, desde a implantação dos postes dentro da reserva indígena. "Como a corrente precisava passar por ali, pra fornecer energia a outros municípios, e como isso requeria uma indenização aos índios que a Celpe não tinha como efetuar, ficou acertado que, em compensação, a aldeia não precisaria pagar pelo consumo", contou.

De acordo com ele, a Funai vai procurar o diretor da Celpe, Luiz Alves e tentar restaurar o acordo. Caso contrário, se for acertado que os índios pagarão pelo fornecimento de energia, a indenização será cobrada e deverá ser paga à Funai - que, segundo garante Antônio Macedo, repassará aos índios em benefícios. "Enquanto isso, nós procuraremos intervir na aldeia para que não ocorra derrubada de postes", disse.

ISA

ANEXO: 35 FONTE: PORANTIM / NOV/DEZ/90

• O índio **Truká** Antônio Gilva da Cruz, 22 anos, filho do líder Pedro Florêncio Custódio, foi assassinado a bala na madrugada no dia 28 de novembro. Seu cadáver foi encontrado no acostamento da estrada que liga os municípios de Cabrobó (PE) e Ibó (BA). Segundo informaram os parentes da vítima, na madrugada do homicídio uma caminhonete D-20 estacionou em frente à sua casa. Os ocupantes do veículo identificaram-se como agentes da Polícia Federal, prenderam e amarraram Antônio Gilvan. Suspeita-se do envolvimento do fazendeiro Apolinário de Siqueira, que mantém uma invasão na terra indígena dos **Truká**.

ANEXO: 36 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 17.02.91

ESTOPIM

Índios de Cabrobó e Inajá vivem na pior, ignorados pela Funai

É de completo abandono o estado dos índios Truká, do município de Cabrobó e dos Kambiwá, espalhados na divisa de Ibimirim com Inajá, conforme apurou uma equipe do Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (Ibasp). Após quatro dias de permanência nas comunidades, a equipe concluiu que é quase nula a assistência da Funai (Fundação Nacional do Índio), que os índios vivem em pobreza absoluta e que os conflitos de terra com os brancos tendem a se agravar, se não houver a imediata demarcação das áreas indígenas.

O secretário-geral do Ibasp, Miguel Anacleto, que esteve nas duas aldeias, explicou que a intenção da equipe é percorrer as outras cinco comunidades indígenas de Pernambuco para, no final, elaborar um dossiê contendo dados culturais dos índios, ameaças sofridas por posseiros e ações da Funai. O dossiê, que o Ibasp pretende divulgar até o final do próximo mês, será enviado a entidades representativas da sociedade civil no Brasil e exterior.

No contato com os Truká — 909 índios, segundo a Funai — ocupando 1650 hectares de terras da Ilha de Assunção — e em conversas com o cacique Joaquim Pereira da Silva, a equipe do Ibasp ficou sabendo que aos índios são enviados remédios com o prazo de validade vencido e que sementes destinadas ao plantio de lavoura apodreceram num posto da Funai, sem que fossem enviadas à aldeia.

Os conflitos de terra deixaram, há três meses, um saldo trágico: a morte do índio Antônio Gilvan Cruz, 22 anos, tirado de sua casa por desconhecidos e barbaramente torturado antes de ser assassinado. Segundo o cacique Joaquim, Gilvan foi trucidado porque atribuíram a ele a responsabilidade pela destruição de uma cancela levantada por um fazendeiro numa via de acesso público.

Na comunidade Kambiwá — eles somam 1255, espalhados em 15.974 hectares de área demarcada, e para a qual os índios pleiteiam nova demarcação — a equipe foi informada pelo cacique Pedro Joaquim da Silva de que a falta d'água é um dos dramas da aldeia. O acesso à comunidade é feito por uma estrada de terra batida (de automóvel, o percurso é feito em uma hora) e a água para consumo dos índios é retirada de um único poço.

O carro que prestava assistência aos Kambiwá foi recambiado pela Funai, que sugeriu aos índios arranjarem 380 mil cruzeiros para tê-lo de volta. Por sua vez, a bomba elétrica para puxar água deixará de funcionar porque a mesma Funai comunicou que a energia elétrica será cortada.

Funai

Na 3ª Superintendência Regional da Funai (3ª Suer) não havia, na tarde de ontem, pessoas indicadas para comentar as denúncias do Ibasp. O superintendente Lauri Camargo encontra-se em Brasília, na sede do órgão, e só retorna ao Recife na próxima semana.

ANEXO: 37 FONTE: FOLHA DE PERNAMBUCO / 22.10.88

Em pé de guerra, índios Xukurus exigem devolução de terras

"Índio quer terra. Se não der pau vai comer". O aviso partiu dos índios Xukurus, da Serra do Ororubá, em Pesqueira, que prometem retomar suas terras, nem que para isso tenham de fazer uso da força. Eles estão revoltados com a ação dos fazendeiros que estão se apossando das terras para desenvolverem atividades de pecuária.

Apesar de um jornal local ter "constatado" não existir qualquer conflito na área, os conflitos existem e tendem a crescer. Principalmente agora quando entra em vigor a nova Constituição estabelecendo um prazo de cinco anos para a Funai demarcar todas as reservas indígenas. A determinação está no artigo 67 das Disposições Transitórias. Diante disso, os fazendeiros estão se apressando em tomar as terras produtivas para garantirem o direito à indenização.

Há poucos dias os Xukurus foram surpreendidos com a notícia de que o fazendeiro Otávio Carneiro Leão havia conseguido financiamento para implantação da Empresa Agropecuária Vale do Ipojuca S/A. O projeto, aprovado na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene no dia 30 de agosto passado, recebeu incentivo do Finor no valor de 101 mil OTN, para ser desenvolvido numa área de 2 mil hectares, no distrito de Cimbres, há 18 km de Pesqueira.

Para o projeto ser posto em execução, tem de receber autorização por parte da Funai. Ou seja, de acordo com a portaria interna de nº 3226, de 21 de setembro de 1987, a emissão do atestado só se dará dependendo da comprovação ou não da existência de indígenas na área em que o projeto se desenvolverá.

O atestado deve ser emitido unicamente pelo presidente-geral da Funai. E, ainda, o documento não poderá ser expedido caso a área em questão não tenha sido estudada —, ou indefinição do direito do índio sobre a terra.

De acordo com a matéria publicada num jornal local, o presidente da Agropecuária Ipojuca, Otávio Carneiro Leão, havia apresentado todos os documentos exigidos pela Funai. O superintendente regional da Funai em Pernambuco, Lauri Camargo, nega que isso tenha ocorrido. Esclarece ainda que a Funai cumprirá as normas estabelecidas. "O meu pronunciamento na Sudene foi justamente para impedir que houvesse a liberação do projeto antes de se estudar a área e depois, ficar comprovada a existência de indígenas", garante Lauri Camargo.

Com receio de que outros fazendeiros da região recebam o mesmo benefício, é que os Xukurus estão se mobilizando. A primeira atitude deles será dar entrada na Justiça com uma ação cautelar para que o financiamento seja suspenso. Caso não dê resultado, os índios prometem dar o grito de guerra. "A Funai quer que os índios sirvam de bucha de canhão, porque ela só demarca terra onde há conflito", protesta o vice-cacique Francisco de Assis Araújo responsabilizando a Funai pelo que ocorrer daqui para frente.

A lenda de que os Xukurus são pacíficos não corresponde à verdade. Quem percorre a área observa que o que existe é medo de serem esmagados pelos fazendeiros. É o caso, por exemplo, de Luiz Caetano, da aldeia Brejinho. "Se o índio for enfrentar apanha. Para isso eles têm dinheiro. Para contratar jagunço", afirma, relembrando o caso ocorrido há dois meses, quando capangas do fazendeiro Justo Farias deu uma sova em Gentil Severiano, da aldeia Pé de Serra. De nada adiantou ter dado parte à polícia. O fato também foi comunicado à Funai que até o momento não tomou qualquer providência.

Mas retomar a terra é uma questão de honra pára os Xukurus. Não há jagunço que os faça desistir desse propósito. "A gente não quer saber de jagunço. Eles não vão ficar contra nós. Arma a gente não tem. Mas tem coragem de meter a mão e sangrar. Eles que não sejam doidos de se meter com nós", avisa Severino Joaquim Nilo, o Boião. Toda essa revolta deve-se ao fato dele ter perdido 18 hectares de terra e agora, para poder plantar, tem de arrendar terra desses fazendeiros.

ANEXO: 38 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 22.10.88

Xucurus querem terras de seus antepassados

CLÁUDIO CASTANHA

É grande a tensão entre os 4.500 índios das 17 aldeias Xucurus-Ororubá, da Serra de Ororubá, no distrito de Cimbres, município de Pesqueira a 215 km do Recife. Instalados na região desde o século 16, hoje sem terras e encurralados pelos fazendeiros agropecuaristas, os Xucurus exigem da Funai a demarcação de sua área, a contentação do avanço de projetos de pecuária na Região, e a aplicação imediata dos dispositivos da nova Constituição brasileira, para que seus direitos históricos e culturais sejam restabelecidos.

As lideranças dos Xucurus reúnem-se diariamente desde que foi promulgada a Nova Constituição para discutir suas propostas. Depois dançam o Toré para invocar os espíritos e de Nossa Senhora das Montanhas a proteção e a força para serenar os ânimos de seus companheiros para que sejam evitados conflitos.

Eles exigem, também, os documentos de suas terras assinados pela Princesa Isabel, em fins do século passado, que foram confiscados em 1944 pelo funcionário do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, Cícero Cavalcanti que hoje trabalha na Funai, no Recife, juntamente com uma túnica de capitão, uma espada e botões de ouro pertencentes aos heróis Xucurus que participaram da batalha do Tuiuti, na guerra do Paraguai em 1865. Os índios têm informações que estes objetos e o tal documento estão num museu da Funai no Norte do País e exigem que lhes sejam entregues, pois acreditam que, assim, terão a prova necessária para reaverem suas terras.

As lideranças indígenas temem um confronto com os fazendeiros, devido ao clima de insegurança que se estabeleceu na região após a promulgação da Nova Constituição brasileira. Os fazendeiros apressam-se em plantar capim e soltar o gado no pasto para ocupar de vez a terra, enquanto os índios, respaldados em seus novos direitos constitucionais, resolveram reaver o que acham que lhes pertence, estabelecendo-se daí um clima de animosidade e desconfiança entre as partes.

Alguns já falam em invadir a sede da Funai, no Recife, se alguma providência não for tomada imediatamente. As ameaças de alguns fazendeiros de soltar o gado sobre as plantações de milho e feijão, poderão vir a ser o estopim de um conflito.

Acervo ISA

ANEXO: 39 FONTE: FOLHA DE PERNAMBUCO / 22.10.88

Usurpação: a palavra de sempre

Dez léguas de quadra (60 km). Esse o tamanho da área que os Xukurus dizem ter direito. A presença deles na área do Ororubá vem de muito antes de os portugueses chegarem ao Brasil. A primeira tentativa de usurpação foi em 1649, quando João Fernandes Vieira, após ter vencido os holandeses, solicitou ao rei de Portugal a doação da terra, se comprometendo a conquistá-la dos índios e povoá-las.

No final do século passado, a terra voltou a pertencer aos índios, doada pelo Imperador D. Pedro II como pagamento pela participação dos Xukurus na Guerra do Paraguai. Os títulos de doação foram surrupiados pelo sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque, em 1944, quando de sua passagem pela Serra do Ororubá. "Esse cara recebeu dinheiro de tudo que é fazendeiro pra tomar os documentos dos índios. Ainda levou objetos, como espada, túnica e cocar", acusa Boião. Na Funai, os técnicos confirmam a existência desses títulos. Quanto ao fato de terem sido tomados, todos desconhecem. "Hoje em dia esses documentos não têm qualquer validade", tenta justificar Suami Percílio, chefe do Serviço de Fiscalização.

Os Xukurus ainda falam de uma possível demarcação de suas terras que teria sido realizada em 1964, pelo Exército. A hipótese foi levantada porque os militares percorreram todas as aldeias indígenas deixando em todas elas uma chapa de bronze com os seguintes dizeres: "Exército Brasileiro — Nivelamento — Protegido por Lei". Apesar de os índios terem insistido para saber do que se tratava, os militares disseram apenas que era uma coisa boa para os índios e ruim para os brancos.

Nos últimos anos, o processo de grilagem das terras dos Xukurus foi se acentuando. Em épocas de estiagem, sem ter como plantar, os índios não tiveram outra saída senão arrendar suas terras para que os fazendeiros pudessem colocar o gado no pasto. O arrendamento era feito em troca da farinha, quarto de bode ou garrafa de pinga. Terminada a fase braba da seca, os índios não podiam mais plantar, impedidos pelos fazendeiros que se consideravam donos e senhores da terra.

Segundo um dos índios, "tem cabra que chegou pedindo esmola, hoje é dono de terras e mais terras. Receberam ajuda do Governo para tudo: pra comprar gado e até pra plantar capim". Sem o apoio da Funai e sem terra pra plantar, o índio vai passando fome. No distrito de Cimbres, onde o fazendeiro Otávio Carneiro Leão pretende implantar seu projeto, os Xukurus plantavam mandioca suficiente para abastecer a Paraíba. Existiam mais de 30 casas de farinha. Toda semana saíam em torno de 60 jumentos carregados de farinha de mandioca. Hoje, se quiser farinha, qualquer morador de Cimbres vai ter que andar 18km e pagar Cz$ 280 por quilo.

Conforme matéria publicada no dito jornal, os Xukurus teriam alegado não existir qualquer conflito na região e que desejavam apenas apoio para trabalhar na agricultura. Os Xukurus desmentem que tenham prestado qualquer informação. Existe realmente o desejo de trabalhar na agricultura, mas não como empregados de fazendeiros. Eles querem de volta a terra para poder plantar em paz, sem que ninguém determine o que deve ser plantado e sem ter de pagar para plantar em sua própria terra.

Os Xukurus só se consideram de barriga cheia quanto têm milho, mandioca, feijão e fava. Mas isso só é possível se os fazendeiros permitirem. A mandioca, mesmo, que demora três anos para ser colhida, os índios não podem plantar. Nem por sonho. A fava é permitido plantar, mas para alimentar o gado. E não adianta insistir, porque aí as coisas pioram. Acontecem incidentes como o que envolveu Ademar Marcolino, da aldeia Canabrava, e o filho do fazendeiro Pio Amaro. Depois de muito discutirem, veio a ameaça: "É. Tô vendo que vai morrer muito índio por aqui".

ANEXO: 40 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 22.10.88

Sertanista levou o documento

Os índios Xucurus alegam que possuíram o documento de posse de suas terras, assinado pela Princesa Isabel, até o ano de 1944, quando um sertanista do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que deu origem a Funai, de nome Cícero Cavalcanti de Albuquerque, visitou a aldeia, e levou consigo o tal documento e alguns objetos antigos pertecentes a tribo.

Na época, era uma prática do SPI recolher documentos e materiais etnológicos e antropológicos dos índios para se estudar, catalogar e encaminhar aos museus como preservação da memória indígena.

Segundo o Xucuru, José Bispo, em 1944, o sertanista Cícero Cavalcanti, levou da aldeia uma espada e alguns botões de ouro, além de uma indumentária, em forma de manta, considerados troféus por ato de bravura, concedidos pela Princesa Isabel, juntamente com um documento, com timbre da Coroa, concedendo a posse da terra aos índios.

De acordo com José Bispo e outros índios idosos da região, a partir desta data, a terra indígena passou a ser invadida pelos fazendeiros, que até hoje dominam a região.

Sertanista confirma

O JORNAL DO COMMERCIO foi encontrar o sertanista Cícero Cavalcanti no escritório da Funai no Recife. Num breve contato, ele admitiu a versão dos índios e informou que havia entregue o documento e os objetos, ao Marechal Cândido Rondon, então presidente do Serviço de Proteção ao Índio.

Cícero Cavalcanti admitiu que o documento – que pelo rápido contato com a imprensa não se conseguiu apurar se realmente se tratava de concessão da posse da terra – e os objetos citados encontra-se em algum museu do País.

O JC apurou, e o sertanista confirmou, a existência de um documento denominado de "Relatório 28", datado de 12 de setembro de 1944, que confirma a veracidade e destinação dos objetos e documentos confiscados dos índios por Cícero Cavalcanti.

O sertanista da Funai marcou uma entrevista com a reportagem do JORNAL DO COMMERCIO, para tratar da questão, e na medida do possível apresentar os documentos reveladores sobre a destinação da espada, botões, manta e a "certidão" assinada pela Princesa Isabel.

Esta revelação poderá assegurar aos índios a posse e a demarcação de suas terras, hoje em poder de fazendeiros e pecuaristas de Pesqueira.

Guerra do Paraguai é orgulho

Na aldeia, os Xucurus comentam, com orgulho, os feitos de seus antepassados na Guerra do Paraguai. Os mais idosos contam aos filhos e netos as histórias e apontam para o cemitério local, onde repousam os restos mortais dos guerreiros, hoje nas terras do fazendeiro.

"A participação efetiva dos caboclos do Urubá, na Guerra do Paraguai, vem acentuada em fontes as mais diversas. A primeira notícia a esse respeito data de 20 de fevereiro de 1865, quando o presidente da Província determinou 2.424 guardas nacionais como número de combatentes que Pernambuco deveria fornecer para a defesa das praças, fronteiras e costas do Império". A informação consta no livro "Caboclos do Urubá", de autoria de Nelson Carvalho.

Acervo ISA

ANEXO: 41 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 22.10.88

Projeto agropecuário é ameaça

A aprovação pelo Conselho Deliberativo da Sudene da implantação da Agropecuária Vale do Ipojuca S/A, no município de Pesqueira, distrito de Cimbres, onde serão desenvolvidos projetos agropecuários numa área de dois mil hectares, alertou os índios Xucurus – 4.500 espalhados por 17 aldeias – para o fato de que poderão perder, para sempre suas terras.

Os Xucurus contam que, através dos anos, foram vítimas dos fazendeiros que, aos poucos, foram se apropriando de suas terras e expulsando os índios das lavouras. Com esta invasão, a agricultura deu lugar ao capim buffel. De 30 casas de farinha existentes na vila de Cimbres há pouco mais de 30 anos, nada mais resta e o produto só é conseguido nas feiras livres vindo de outras regiões.

Por outro lado, os Xucurus se espalharam pelas zonas urbanas das cidades e capitais brasileiras. Em Pesqueira, existe o bairro dos Xucurus, onde quase a totalidade de sua população tem origem nas lavouras da Zona Rural, e hoje faz parte da população urbana, expulsos que foram no passado.

Agropecuária

O projeto da Agropecuária Ipojuca S/A, recentemente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene, é apenas mais um projeto na Região que, no entender dos índios, virá dificultar ainda mais a sobrevivência das aldeias locais.

Segundo o vice-cacique Xucurus, Francisco de Assis Araújo, o Chicão, o crescimento da pecuária na região tem causado uma grande escassez de alimentos na Região.

Sem terras, os índios são obrigados a cultivar as áreas dos fazendeiros, onde só é permitido o plantio e cultivo de milho e feijão.

Segundo Chicão, para cada hectare plantado, o trabalhador fornece três sacas de milho ao "patrão". Por outro lado, não é permitido o cultivo de bananas, mandioca, café, ou qualquer outra cultura de maior duração, pois o fazendeiro não permite, uma vez que a terra só deve ser utilizada para o plantio de capim e culturas que possibilitem forrageiras para ração animal.

O clima entre os índios é de muita tensão e desespero, e teme-se por um conflito maior a qualquer momento, uma vez que, após a promulgação da Constituinte, com os direitos dos povos indígenas assegurados e ampliados, os proprietários de terra passaram a se resguardar com relação à presença dos índios em suas terras. Isso têm dificultado ainda mais as ações dos índios, que cada vez mais, ficam sem terra para plantar.

Cemitério

Na propriedade da Agropecuária Ipojuca S/A, que é a fusão das Fazendas do Saquinho, São Severino e Várzea Alegre, a reportagem do **Jornal do Commercio** constatou que existe um cemitério, onde ainda hoje são celebrados os rituais fúnebres índios.

Não encontramos, no entanto, qualquer índio morando ou trabalhando nas terras da Agropecuária Ipojuca, embora notícias dêem conta de que elas já perteceram às tribos dos Xucurus, inclusive apresentando ainda alguns marcos instalados pelo Exército, em 1940.

Os Xucurus, por sua vez, reconhecem que seus antepassados trocaram muitas terras com os fazendeiros por cabeça de gado, por comida, e até venderam, para comprar passagens para São Paulo onde começariam vida nova.

Os índios da Região acreditam, no entanto, que a Constituição lhes protege, e a terra onde está enterrado seus antepassados lhes pertence por questões históricas.

ANEXO: 42 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 02.02.89

Os silvícolas da Serra de Ororubá, em Pesqueira, disseram ao secretário Almeida Filho que o delegado, conhecido como "Jesus", está agindo de acordo com os fazendeiros

Os índios Xucurus da Serra do Ororubá, em Pesqueira, denunciaram ontem, na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, que o delegado Petrônio Góes – conhecido como Jesus – está prendendo arbitrariamente, torturando e ameaçando de morte todos os integrantes da sua tribo. O 1º Cacique, José Pereira Araújo e o 2º, Francisco Xucuru, disseram também, que os policiais agem em comum acordo com os fazendeiros da região, a fim de tomarem as terras indígenas. Os índios pediram ao secretário de Segurança, Severino Almeida Filho, a demissão do delegado de Pesqueira.

Reunidos durante quase duas horas na Secretaria de Segurança Pública, aguardando a audiência com o secretário Severino Almeida, oito índios Xucurus exigiam a demissão do delegado de Pesqueira e providências contra os atos de violência que toda a aldeia vem enfrentando há alguns meses. "São 4 mil 734 índios distribuídos em 17 aldeias a 9 quilômetros da cidade de Pesqueira, diz o cacique Francisco Xucuru, afirmando que o seu povo exige o afastamento do delegado.

O começo

Com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – os índios Xucurus conseguiram recursos financeiros para denunciar no Recife todas as arbitrariedades policiais ocorridas em Pesqueira. O representante do Cimi, Edson Silva, denunciou também que em Buíque os índios estão enfrentando muita violência policial. "O índio Pedro Kapinan foi torturado e preso arbitrariamente", revelou Edson Silva.

Por sua vez, os índios Xucurus denunciaram que a polícia não permite a dança religiosa Toré realizada nos finais de semana. "É a nossa cultura indígena ameaçada de extinção pelos brancos", critica o cacique. Sem provas, os fazendeiros acusam os índios de ladrões. O fato aconteceu com Adalino Ferreira Menezes, preso e espancado durante quatro dias, em dezembro do ano passado.

Para o cacique Francisco Xucuru, as perseguições policiais em Pesqueira aumentaram quando os índios foram à Brasília durante o 2º turno da Constituinte. "Eles perceberam que estávamos sabendo de todos os nossos direitos na nova Constituição", daí o aumento da violência contra a gente, afirma o cacique.

Providências

No entender do Conselho Indigenista Missionário – Cimi – a maioria das agressões sofridas por índios não mereceu até o momento providências severas por parte dos poderes executivo e judiciário, apesar das denúncias e apelos realizados. "A Funai também não contribuiu através do seu ex-presidente Romero Jucá com as metas de apoio à política indigenista", diz Edson Silva, alegando que no caso dos índios Xucurus o próprio representante da Funai, Gilvan Cavalcanti, de 65 anos, de Pesqueira, não quis falar em defesa dos índios com medo do delegado.

O secretário Severino Almeida, da Segurança Pública, prometeu averiguar todas as denúncias dos índios Xucurus. Ele ouviu dos indígenas as acusações contra o delegado Petrônio na presença da imprensa. "Através do diretor do Departamento Judiciário, Abal David, todas essas denúncias serão investigadas" assegurou o secretário.

Acervo ISA

ANEXO: 43 FONTE: JORNAL DO COMÉRCIO / 06.11.90

Defesa da natureza faz índio invadir

Para defender a madeira de uma reserva de Mata Atlântica, em Pesqueira, a 216 quilômetros do Recife, cerca de 250 índios da comunidade Xucuru ocuparam, na manhã de ontem, 110 hectares da localidade Pedra D'água e de lá prometem só sair com a garantia de que as árvores não serão derrubadas pelos brancos. Depois da ocupação dos Xucurus, índios Atikuns, de Floresta, e Kapinawás, de Buíque, chegaram ao local, para apoiar os companheiros.

O Conselho Indigenista Missionário teme a ocorrência de um conflito em Pedra D'água, porque no local se encontram fazendeiros e posseiros, em constantes divergências com os Xucurus. De acordo com o Cimi, que recebeu ontem a visita de missionários em Pesqueira, a revolta dos índios foi motivada "pelo roubo da madeira" que eles garantem ser de sua propriedade.

A localidade Pedra D'água, é considerada sagrada, pelos Xucurus, por ser o espaço onde dançam o toré. A presença do branco no lugar foi entendida pelos índios como ameaça ao que lhes pertence e invasão de um lugar sagrado. Para hoje, o Cimi prevê a chegada de mais representantes indígenas das sete comunidades existentes em Pernambuco.

Xucurus

Eles somam 322, segundo o Cimi, e 354 de acordo com dados da Funai (Fundação Nacional do Índio). Vivem em 12 mil 260 hectares de terras identificadas e delimitadas em 1984, esperando a demarcação que a Funai anuncia fazer, logo que tiver verba.

A comunidade Xucuru, concentrada na localidade Mina Grande, vive em conflito com fazendeiros e posseiros. Os índios cultivam agricultura de subsistência, horticultura e fruticultura.

ANEXO: 44

NOTA DO POVO XUKURU À POPULAÇÃO EM GERAL, À IMPRENSA E AUTORIDADES

O Povo Indígena Xukuru, localizado no município de Pesqueira, Pernambuco, vem dar conhecimento à população em geral, imprensa, autoridades e órgãos competentes que no dia 05 de novembro de 1990 reocupou, de maneira pacífica, a área de Pedra D'Água, de 110 ha, pertencente ao povo Xukuru, que se encontrava em mãos de 15 posseiros não-índios.

Os motivos que levaram o povo Xukuru a fazer essa retomada foram os seguintes:

1º) Toda a área tradicional do povo Xukuru está invadida por fazendeiros, pequenos e médios posseiros, ficando os índios sem ter onde plantar suas roças.

2º) A mata de Pedra D'Água é o lugar sagrado dos Xukuru, onde acontecem rituais, tradição religiosa, não sendo permitido aos brancos circular nesse território.

3º) A área de terra agricultável que fica em volta da mata é comunitária, local onde o povo cultiva roça comum para ajudar na organização da comunidade.

4º) Já fazem dois anos que os Xukuru vêm pedindo para que a FUNAI faça a retirada e reassentamento justo dos posseiros, que inclusive estão de acordo com essa posição da comunidade.

No momento, toda a área de Pedra D'Água está sob o controle da comunidade Xukuru, que já está concluindo o trabalho de cercar a área, evitando que ela seja desmatada.

O Povo Xukuru faz as seguintes exigências:

- que a FUNAI tome providências imediatas e coloque a placa de identificação da área indígena, proibindo a entrada de pessoas estranhas;
- que seja feito o reassentamento justo dos posseiros num prazo de 40 dias;
- que a FUNAI conclua o processo de demarcação de toda a área tradicional iniciado no ano de 1989.

Até agora nenhuma providência foi tomada pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio. No dia 09 de novembro de 1990 foimarcada uma reunião da FUNAI com a comunidade indígena, mas a mesma não compareceu ao local.

São mais de 300 pessoas - mulheres, homens e crianças - que abandonaram suas casas, roças, animais etc e entraram na área de Pedra D'Água. Qualquer atentado que possa vir acontecer contra a vida dessas família. será de responsabilidade da FUNAI, órgão tutor, encarregado pela execução da política indigenista do Governo Brasileiro. . . .

Assinam pela Comunidade Xukuru:

Francisco de Assis - _____
Cacique

Milton Rodrigues Cordeiro - Milton Rodrigues Cordeiro
Representante

Ademir Parnaíba - _____
Índio Xukuru

José Maurício da Silva - _____
Índio Xukuru

Marcos Luídison de Araújo - Marcos Luídison de Araújo
Índio Xukuru

Recife, 13 de novembro de 1990.

ANEXO: 44

Recife, 20 de dezembro de 1990

ANEXO: 45

Ilmo. Sr.
Dr. Lauri Camargo Rodrigues
M.D. Superintendente da 3ª
Superintendência Regional da FUNAI
Rua João de Barros, 668
Recife, PE

Senhor Superintendente,

No dia 15/12/90 fizemos uma reunião na Mata de Pedra d'Água, no terreiro de ritual dos índios Xukuru. Participaram quatro representantes dos posseiros de Pedra d'Água José Cazuza de Lima, José Heleno da Silva, Cícero Miranda e Antonio Alves dos Anjos e a Comunidade Indígena Xukuru, tendo como representantes: Francisco de Assis Araújo Pedro Rodrigues Bispo, Milton Rodrigues Cordeiro, Aluízio Rodrigues, Antonio de Ana e José da Hora.

Na reunião foi feito um acordo entre os índios e os posseiros, onde as duas partes chegam a um entendimento: os posseiros reconhecem que a terra de Pedra d'Água pertence aos índios e eles têm o direito de ficar nela, e os índios reconhecem que os posseiros têm direito a receber uma indenização por todas as benfeitorias que realizaram durante os anos em que trabalharam naquela terra.

Os posseiros são pobres, vivem da agricultura e só podem sair da área quando receberem a indenização de todas as benfeitorias. O prazo de 40 (quarenta) dias que os índios deram para a FUNAI já venceu no dia 17/12/90, o problema não foi resolvido e os índios já entraram na área, no dia 18/12/90, como haviam avisado à FUNAI.

Os posseiros e os índios Xukuru estão exigindo da FUNAI que ela cumpra a sua obrigação e faça imediatamente a indenização justa das benfeitorias de todos os posseiros que estão na área de Pedra d'Água.

Exigimos que o cálculo do valor das benfeitorias seja feito pela tabela da FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, sendo o reajuste feito com base na variação do IPC do mês.

Atenciosamente.

Assinam pelos posseiros

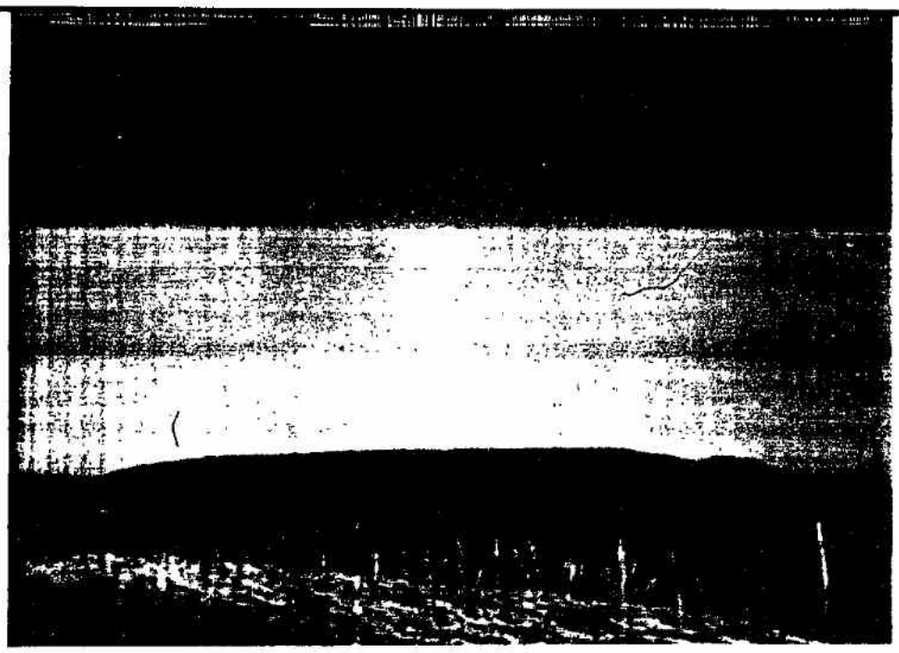
Assinam pelos índios Xukuru

F O T O S

Habitação Fulni-ô na aldeia Barretinho, próxima à aldeia centra em Águas Bela

Povo Kambiwá reunido na aldeia, tendo ao fundo os prédios do posto da FUNAI e habitações dos Kambiwá, no fundo, à esquerda.

Mulheres e crianças Kambiw em frente a uma habitação de taipa.



Vista parcial da Serra do Umã - Comunidade Atikum.

Posto de Saúde e enfermaria, da FUNAI, na comunidade Atikum.

Mulheres Fulni-ô conversando. Aldeia principal contígua à cidade de Águas Belas.

Mulheres Kapinawá, tendo ao fundo a Serra Negra. A senhora com a vestimenta cerimonial é uma das antigas e é ela quem comanda o Toré com os cântigos.

Mulheres e crianças Kapinawá, em frente a casa onde é feita a farinha de mandioca.

Vista parcial da aldeia Kapinawá tendo ao fundo algumas de suas habitaçõ e o posto da FUNAI.

Vista parcial da aldeia Truká, tendo no 1º plano índios trabalhando na secagem do arroz

Pajé Truká com vestimenta própria para ritual sagrado.

Família Truká com casa de taipa aos fundos.

Povo Xukuru, dançando o Toré, em defesa da Pedra d'Água.

Cacique Chicão e Miguel Anacleto, na aldeia dos Xukuru.

Cacique Chicão falando aos Kapinawá sobre a situação atual da FUNAI e sobre os problemas das comunidades comunidades indígenas em Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

* Conselho Indigenista Missionário - CIMI
(Coordenação Regional - NE)

* Conselho Indigenista Missionário - CIMI
(Equipe de Pesqueira)

* Deputado Israel Guerra (PMDB-PE)

* Cacique Xucuru Francisco de Assis Araújo(Chicão)

*** Agradecemos especialmente ao cacique Chicão Xucuru que acompanhou a equipe do IBASP em todas as viagens às comunidades indígenas no Estado de Pernambuco.

****

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE DOSSIÊ:

* Iara Fernanda Steudel
* Maria José do Amaral
* Lucio Cávulo Fonseca Almeida
* Miguel Anacleto Junior

****

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Esta Terra Tinha Dono, Benedito Prezia e Eduardo Hoornaert - Cemila Popular - CIMI - FTP, 1989.

* Direitos Indígenas na Constituição Brasileira de 1988, Júlio M.G. Gaiger - CIMI, 1989.

* O Índio na História do Brasil, Berta Ribeiro - Global Editora - História Popular nº 13, 1989.

* Situação Territorial das Áreas Indígenas - Ministério do Interior - Fundação Nacional do Índio - 3ª SUER, 1989.

* Índios do Brasil, Júlio Cesar Melatti - Universidade de Brasília, 1987

* Índios, Aracy Lopes da Silva - Ática, 1988.

****